

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE VAGAS DA CARREIRA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO NÍVEL SUPERIOR

01103 – ARQUIVISTA – TIPO A

Frase: **Assuma riscos e descubra novas vitórias.**
(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

• Texto para as questões de 1 a 5.

Mudanças Climáticas e Eventos Atmosféricos: A Frente Fria Pós-Carnaval e Seus Efeitos no Brasil

Nos dias subsequentes ao Carnaval de 2026, o Brasil passou por uma mudança significativa no padrão meteorológico devido ao avanço de uma frente fria que rompeu o regime de clima quente e estável característico dessa época do ano. Durante o período festivo, grande parte do território nacional experimentou tempo predominantemente ensolarado, altas temperaturas e baixa instabilidade atmosférica.

A chegada dessa frente fria desencadeou alterações relevantes na dinâmica atmosférica, promovendo aumento da nebulosidade, queda gradual das temperaturas e elevação do risco de temporais, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Tais frentes configuram-se como importantes mecanismos de reorganização climática, resultantes do avanço de massas de ar frio sobre áreas previamente aquecidas.

Do ponto de vista ecológico, a mudança abrupta nas condições climáticas impacta diretamente os ecossistemas terrestres e aquáticos. A intensificação das chuvas interfere no ciclo hidrológico, no transporte de nutrientes e na estabilidade do solo, afetando comunidades biológicas sensíveis às variações térmicas e pluviométricas.

Além disso, a redução das temperaturas máximas influencia processos fisiológicos de plantas e animais, podendo alterar ciclos reprodutivos, padrões de crescimento e estratégias adaptativas. Esses efeitos evidenciam a estreita relação entre eventos atmosféricos e respostas biológicas em ambientes naturais.

O aumento do risco de temporais exige atenção das autoridades ambientais e de defesa civil, uma vez que precipitações intensas podem ocasionar alagamentos, erosões e deslizamentos. O monitoramento meteorológico contínuo torna-se, assim, ferramenta indispensável para a mitigação de impactos socioambientais.

Em síntese, a frente fria observada após o Carnaval de 2026 ilustra a complexidade das interações entre atmosfera e biosfera. A compreensão científica desses eventos contribui para o aprimoramento das previsões climáticas e para a formulação de estratégias de conservação ambiental.

Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/02/19/frente-fria-muda-o-tempo-apos-carnaval-de-sol-e-calor-e-eleva-risco-de-temporais.ghtml>.

Adaptado. Acesso em: 19 fev. 2026.

1. Considerando a progressão temática do texto, a articulação entre os aspectos meteorológicos e ecológicos e a conclusão apresentada pelo autor, assinale a alternativa que sintetiza, de forma mais abrangente e fiel, a ideia central desenvolvida no texto.

- (A) A atuação de uma frente fria após o Carnaval de 2026 rompeu o padrão de estabilidade atmosférica predominante, desencadeando instabilidades climáticas com potenciais impactos ambientais no território brasileiro.
- (B) O texto restringe-se à apresentação de dados estatísticos sobre temperatura e precipitação, sem estabelecer relações com processos ecológicos.
- (C) As alterações climáticas descritas no texto não produzem efeitos significativos sobre os ecossistemas naturais.
- (D) A frente fria mencionada promoveu a cessação definitiva do calor característico do verão brasileiro.

2. Considerando as características estruturais, a finalidade comunicativa e o tratamento dado às informações científicas no texto, marque a alternativa que identifica corretamente o gênero textual predominante.

- (A) Texto literário de cunho narrativo, marcado pela subjetividade do autor.
- (B) Reportagem científica, que articula dados meteorológicos a análises ecológicas em linguagem informativa e objetiva.
- (C) Texto publicitário, voltado à persuasão do leitor por meio de estratégias argumentativas.
- (D) Relato pessoal, centrado na experiência individual do narrador.

3. Considerando o texto-base e as normas estabelecidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, bem como as exigências de correção linguística aplicáveis à redação institucional de alto nível, assinale a alternativa correta.

- (A) O vocábulo “socioambientais” deveria ser grafado com hífen, pois a ausência desse sinal descaracteriza a relação semântica entre o prefixo “socio” e o substantivo base, contrariando o princípio de transparência morfológica.
- (B) As formas “atmosférica”, “climática” e “fisiológicos” apresentam inadequação ortográfica, visto que a supressão do acento gráfico seria facultativa após o Acordo Ortográfico, que flexibilizou a acentuação das proparoxítonas.
- (C) As palavras e expressões empregadas no texto atendem às normas da ortografia oficial da língua portuguesa, observando-se corretamente as regras de acentuação gráfica, o uso ou a ausência do hífen em formações prefixais, a grafia de termos técnico-científicos consagrados e a distinção normativa entre maiúsculas e minúsculas em substantivos próprios e comuns.
- (D) O substantivo Carnaval, por designar evento recorrente e não entidade única, deve ser grafado com inicial minúscula, ainda que se refira à festividade oficialmente reconhecida no calendário nacional.

4. Com base no texto, indique a alternativa em que a colocação do pronome átono está correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, considerando as exceções e restrições sintáticas aplicáveis.

- (A) A chegada dessa frente fria desencadeou alterações relevantes na dinâmica atmosférica, promovendo-lhes por meio do avanço de massas de ar frio sobre áreas previamente aquecidas.
- (B) Do ponto de vista ecológico, a mudança abrupta nas condições climáticas impacta diretamente os ecossistemas terrestres e aquáticos, afetando-os de maneira significativa.
- (C) O monitoramento meteorológico contínuo torna-se, assim, ferramenta indispensável para mitigar-se os impactos socioambientais decorrentes dos temporais.
- (D) Em síntese, a frente fria observada após o Carnaval de 2026 ilustra a complexidade das interações entre atmosfera e biosfera, contribuindo-se para o aprimoramento das previsões climáticas.

5. Considerando o texto apresentado, bem como os efeitos sintáticos, semânticos e discursivos produzidos pelo emprego dos sinais de pontuação, marque a alternativa correta, à luz da norma-padrão da língua portuguesa e das convenções do texto científico-informativo.

- (A) As vírgulas empregadas no texto rompem a linearidade sintática ao separar termos essenciais da oração, o que gera ambiguidades interpretativas e compromete a objetividade do discurso científico.
- (B) A pontuação adotada no texto privilegia pausas rítmicas em detrimento da organização lógica, funcionando predominantemente como recurso estilístico, sem contribuição efetiva para a construção do sentido.
- (C) O uso frequente de períodos extensos, articulados por vírgulas, prejudica a progressão temática do texto, tornando a leitura fragmentada e dificultando a compreensão das relações de causa e consequência.
- (D) O emprego dos sinais de pontuação, em especial vírgulas, pontos finais e conectores isolados por vírgulas, contribui para a organização sintática do texto, explicita relações lógico-discursivas — como causa, consequência, adição e conclusão — e favorece a clareza, a progressão temática e a precisão informativa características do gênero expositivo-científico.

6. Com base no trecho apresentado a seguir, assinale a alternativa correta acerca do emprego e dos efeitos de sentido dos sinais de pontuação.

A velha escrivaniinha, herdada de meu avô, guardava muitos segredos; no entanto, nenhum parecia tão instigante quanto a pequena gaveta trancada. Olhei em volta: a sala estava silenciosa, a poeira dançava no ar e a luz da tarde diminuía. Minhas mãos tremiam, sentindo a frieza do metal, quando decidi abrir o compartimento secreto. — Será que contém cartas de amor, mapas antigos ou apenas memórias esquecidas? — sussurrei para mim mesmo. O que encontrei lá dentro, porém, mudou tudo, deixando-me sem fôlego.

- (A) No segmento “A velha escrivaniinha, herdada de meu avô, guardava muitos segredos; no entanto, nenhum parecia tão instigante quanto a pequena gaveta trancada”, o ponto e vírgula poderia ser substituído por vírgula, sem prejuízo sintático ou semântico, uma vez que ambas as orações são curtas e coordenadas pela conjunção adversativa.
- (B) No trecho “Olhei em volta: a sala estava silenciosa, a poeira dançava no ar e a luz da tarde diminuía”, os dois-pontos são empregados de modo inadequado, pois deveriam ser substituídos por ponto final, já que introduzem orações independentes do ponto de vista sintático.
- (C) Em “O que encontrei lá dentro, porém, mudou tudo, deixando-me sem fôlego”, as vírgulas isolam a conjunção adversativa deslocada para o interior do período, recurso que enfatiza a quebra de expectativa e está de acordo com a norma-padrão.
- (D) Em “Minhas mãos tremiam, sentindo a frieza do metal, quando decidi abrir o compartimento secreto”, as vírgulas são obrigatórias, pois isolam oração subordinada adjetiva explicativa, sem a qual o período se tornaria gramaticalmente incorreto.

7. Considere a situação a seguir.

Carlos teve de refazer um relatório porque os dados estavam errados. Irritado com o empecilho, comentou que “quebrou a cara” com o trabalho e foi ao banco resolver pendências antes de voltar ao escritório.

Com base nos mecanismos semânticos da língua portuguesa, indique a alternativa correta.

- (A) No enunciado “Carlos quebrou a cara com o trabalho”, a expressão é empregada em sentido denotativo, indicando uma ação física concreta, enquanto o termo banco apresenta relação de polissemia, por possuir sentidos distintos sem vínculo semântico.
- (B) As palavras incompleto e errado, usadas no contexto do relatório, estabelecem relação de sinonímia, pois ambas indicam ausência total de correção dos dados apresentados.
- (C) O uso do termo banco, no sentido de instituição financeira e de assento, exemplifica a paronímia, já que se trata de palavras semelhantes na grafia e no som, mas com significados diferentes.
- (D) A expressão quebrou a cara exemplifica uso conotativo da linguagem, enquanto o termo banco ilustra um caso de homonímia; além disso, palavras como incompleto e inacabado podem ser consideradas sinônimas no contexto apresentado.

8. À luz das normas e diretrizes estabelecidas no *Manual de Redação da Presidência da República*, especialmente no que se refere à elaboração de correspondências oficiais, assinale a alternativa correta quanto aos princípios estruturais, linguísticos e pragmáticos que regem a redação de expedientes na administração pública federal.

- (A) A redação oficial deve priorizar a expressividade individual do redator, admitindo variações estilísticas, figuras de linguagem e marcas subjetivas, desde que não comprometam a compreensão global da mensagem institucional.
- (B) A redação de correspondências oficiais deve observar, de forma concomitante, os princípios da impessoalidade, da clareza, da concisão, da formalidade e da padronização, de modo que o texto represente a instituição, e não o agente que o redige, evitando marcas de subjetividade, ambiguidade ou ornamentação linguística.
- (C) O uso da primeira pessoa do singular é recomendado em ofícios e memorandos, pois reforça a responsabilidade individual do servidor e confere maior transparência à comunicação administrativa.
- (D) A formalidade exigida nos expedientes oficiais autoriza construções sintáticas excessivamente complexas e períodos longos, uma vez que a precisão conceitual se sobrepõe à necessidade de clareza e acessibilidade textual.

9. Leia o texto a seguir.

“O que encontrei lá dentro, porém, mudou tudo, deixando-me sem fôlego.”

Considere que esse enunciado, quando inserido em um texto narrativo contemporâneo, pode dialogar implicitamente com uma tradição literária que explora a descoberta súbita como elemento estruturante da narrativa, recorrente em contos de mistério, romances psicológicos e narrativas de formação. Tal construção remete a outros textos nos quais o clímax se organiza a partir da revelação de um objeto, de uma informação ou de um segredo capaz de reconfigurar a percepção do narrador sobre si mesmo e sobre o mundo. A partir dessas considerações, assinale a alternativa correta quanto ao fenômeno da intertextualidade e às relações que se estabelecem entre textos.

- (A) O trecho apresentado configura exclusivamente intertextualidade explícita, uma vez que pressupõe a citação direta de um texto-fonte reconhecível pelo leitor, condição indispensável para a existência de diálogo entre textos.
- (B) O enunciado exemplifica intertextualidade formal, pois reproduz estruturas sintáticas idênticas às de textos canônicos, caracterizando imitação estilística obrigatória e consciente do autor em relação a um modelo anterior.
- (C) A relação estabelecida no trecho corresponde à paráfrase intertextual, visto que há repetição de conteúdo temático específico de um texto anterior, ainda que com alteração superficial da forma linguística.
- (D) O fragmento mobiliza intertextualidade implícita de natureza temática e discursiva, ao acionar, sem menção direta, um repertório narrativo compartilhado culturalmente, no qual a revelação funciona como eixo estruturador do sentido, exigindo do leitor competência intertextual para reconhecer esse diálogo.

10. Considere os enunciados a seguir, todos hipoteticamente extraídos de um relatório técnico-científico, e avalie-os à luz da norma-padrão da língua portuguesa, no que se refere à concordância nominal e à concordância verbal, inclusive em construções com sujeito posposto, expressões partitivas, núcleos complexos e predicativos deslocados.

Marque a alternativa correta.

- (A) A maioria das alterações climáticas observadas após o evento extremo foram consideradas relevantes pelas autoridades competentes, haja vista estarem associadas a impactos ambientais significativos.
- (B) Seguem anexa ao relatório as tabelas e os gráficos explicativos, cuja análise detalhada evidenciam inconsistências metodológicas relevantes.
- (C) É necessário cautela e análises criteriosas na interpretação dos dados apresentados, sobretudo quando se trata de fenômenos atmosféricos complexos.
- (D) Considerou-se irrelevante as variáveis climáticas e os indicadores ecológicos avaliados no estudo preliminar.

Raciocínio Lógico

11. Assinale a alternativa que apresenta uma sentença fechada.

- (A) Se João tivesse estudado mais, teria sido aprovado no concurso.
- (B) $x^2 - 5x + 6 = 0$
- (C) Quando ele chegar, começaremos a reunião.
- (D) Todo número inteiro positivo maior que 2 é par.

12. Considere as proposições a seguir, ambas verdadeiras:

- p: O som é uma onda.
q: A onda transporta energia.

Com base nessas proposições, assinale a alternativa verdadeira.

- (A) Ou o som é uma onda ou a onda não transporta energia.
- (B) Se o som é uma onda, então a onda não transporta energia.
- (C) O som não é uma onda ou a onda não transporta energia.
- (D) O som não é uma onda se, e somente se, a onda transportar energia.

13. Considere as proposições compostas:

- $(P \wedge Q) \rightarrow P$
- $P \rightarrow (P \wedge Q)$

Essas proposições são, respectivamente, exemplos de:

- (A) tautologia e contradição.
- (B) tautologia e contingência.
- (C) contingência e tautologia.
- (D) contradição e contingência.

14. De acordo com as leis de De Morgan, o complementar da interseção é igual à união dos complementares. Assim, dado um conjunto universo U , seja X^c o complementar de X em relação a U . Considere o conjunto universo: $U = \{1,2,3,4,5\}$ e os subconjuntos: $A = \{1,2\}$ e $B = \{2,4\}$. O conjunto $A^c \cup B^c$ é igual a:

- (A) $\{3,5\}$.
- (B) $\{2,3,4,5\}$.
- (C) $\{1,2,3,4,5\}$.
- (D) $\{1,3,4,5\}$.

15. Um programa municipal concede um auxílio mensal a estudantes, pagando R\$ 480,00 no primeiro mês. A cada mês seguinte, o valor do auxílio aumenta R\$ 30,00 em relação ao mês anterior. Sabendo que o benefício é pago durante 10 meses consecutivos, sem interrupções, o valor total recebido por cada estudante ao final do período, é de:

- (A) R\$ 7.350,00
- (B) R\$ 6.750,00
- (C) R\$ 6.150,00
- (D) R\$ 7.950,00

16. Considere quatro servidores: Henrique, Lúcia, Marcos e Patrícia, e quatro cargos distintos: Auditor, Analista, Técnico e Supervisor, sabendo que cada servidor exerce exatamente um cargo. Analise as informações a seguir:

- Henrique não é Auditor nem Técnico.
- Lúcia não é Supervisora.
- Marcos é Auditor ou Analista.
- Patrícia é Técnica.
- O Analista não é o Marcos.
- A Auditora não é a Lúcia.

Com base exclusivamente nessas informações, é correto afirmar que:

- (A) Henrique é Supervisor e Lúcia é Analista.
- (B) Henrique é Analista e Lúcia é Auditora.
- (C) Marcos é Analista e Henrique é Supervisor.
- (D) Marcos é Supervisor e Lúcia é Analista.

17. Sejam verdadeiras as seguintes afirmações:

- João é filho de Tiago.
- Salete é irmã de Tiago.
- Valdo é pai de Ulisses.
- Hildo é filho de Salete e Valdo.

A conclusão necessariamente verdadeira obtida a partir dessas afirmações é a de que:

- (A) Ulisses é irmão de Hildo.
- (B) Hildo é primo de João.
- (C) Tiago é primo de Valdo.
- (D) Valdo é avô de João.

18. Em uma escola, foi realizada uma pesquisa com 180 alunos sobre o interesse em duas disciplinas: Matemática e Física. Os resultados foram:

- 92 alunos gostam de Matemática;
- 48 alunos gostam de ambas as disciplinas;
- 26 alunos não gostam de nenhuma das duas disciplinas.

Determine a quantidade de alunos que gostam exclusivamente de Física.

- (A) 36 alunos.
- (B) 42 alunos.
- (C) 62 alunos.
- (D) 50 alunos.

19. Considere os conjuntos:

$$A = \{2,4,6,8\}$$

$$B = \{1,4,5,6\}$$

$$C = \{3,4,6,9\}$$

O conjunto $\{4,6\}$ é resultado da operação:

(A) $(A \cap B) \cap C$

(B) $(A \cup B) - C$

(C) $(A \cap C) \cup B$

(D) $(A \cup C) - B$

20. Uma cidade foi planejada em um sistema de quadras quadradas, cada uma medindo 40 metros de lado. Um entregador inicia seu trajeto em um ponto inicial P e realiza o seguinte percurso:

- caminha 5 quadras para o norte;
- depois, caminha 2 quadras para o leste;
- em seguida, caminha 3 quadras para o sul;
- por fim, caminha 1 quadra para o oeste e encerra o trajeto.

Ao analisar sua posição final, o entregador percebe que não percorreu o menor caminho possível entre o ponto inicial e o ponto final.

Considerando que o deslocamento ocorre apenas pelas ruas da cidade, a quantidade de metros que ele poderia ter economizado é:

(A) 100 m.

(B) 220 m.

(C) 400 m.

(D) 320 m.

RASCUNHO

Noções de Informática

21. Em uma auditoria, um servidor recebe o arquivo Controle_Orcamentario.xlsx armazenado em uma pasta (diretório) de rede do Windows. No Excel, a pasta de trabalho contém a planilha Dados, com registros organizados em linhas e colunas com cabeçalhos, e a planilha Painel, que exibe um gráfico alimentado pelos dados de Dados. Para permitir a inserção de uma coluna no meio do conjunto e a inclusão de novas linhas ao final sem redefinir manualmente o intervalo de origem do gráfico, o intervalo de dados foi formatado como Tabela do Excel. Tendo por base o exposto, marque o item que informa a caracterização tecnicamente coerente dos conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos no cenário descrito.

- (A) A caracterização considera a pasta como diretório do Windows onde o arquivo está armazenado; a pasta de trabalho como o arquivo .xlsx que contém planilhas; os dados como células na interseção de linhas e colunas; o gráfico como objeto baseado no intervalo de células; e a Tabela do Excel como estrutura que expande o intervalo ao inserir colunas e acrescentar linhas, mantendo o gráfico atualizado.
- (B) A caracterização considera a pasta de trabalho como diretório do Windows que contém planilhas em arquivos separados; os dados como colunas horizontais e linhas verticais; o gráfico como arquivo autônomo fora do .xlsx; e a atualização automática como dependente apenas do nome do arquivo.
- (C) A caracterização considera a pasta de trabalho como uma única planilha; os dados como células identificadas por número da coluna e letra da linha; o gráfico como recurso que aceita somente dados de uma coluna por vez; e a atualização como independente do vínculo entre células e séries.
- (D) A caracterização considera a pasta de trabalho como área de armazenamento temporário; os dados como células independentes de linhas e colunas; o gráfico como cópia estática dos valores no momento da criação; e a manutenção da atualização como dependente da recriação do gráfico após inserção de linhas e colunas.

22. Durante a manutenção de uma estação de trabalho após queda de energia, foi necessário reconfigurar opções de inicialização no BIOS/UEFI, preparar um pendrive para dar boot em ferramentas de diagnóstico e utilizar o arquivo diagnostico.iso para criar a mídia inicializável. Tendo por base o exposto, marque o item que apresenta a associação tecnicamente coerente entre o tipo de memória responsável por manter as configurações do firmware, o periférico citado e a natureza da extensão .iso.

- (A) Associação: memória DRAM como armazenamento das configurações do firmware; pendrive como dispositivo de entrada/saída operando como “memória de trabalho” temporária; arquivo .iso como arquivo compactado (ex.: ZIP) contendo instalador e utilitários.
- (B) Associação: memória ROM do firmware como armazenamento das configurações do BIOS/UEFI; pendrive como dispositivo de armazenamento em massa via USB; arquivo .iso como formato de imagem de disco para distribuição de sistemas e ferramentas de diagnóstico.
- (C) Associação: memória cache (L3) como armazenamento das configurações do firmware; pendrive como dispositivo de armazenamento de baixa latência usado para acelerar a inicialização; arquivo .iso como conjunto de rotinas executáveis específicas do firmware (BIOS/UEFI).
- (D) Associação: memória flash (SPI/EEPROM) do sistema como armazenamento das configurações do firmware; pendrive como mídia removível de armazenamento em massa via USB; arquivo .iso como imagem de disco utilizada para replicar uma mídia (CD/DVD/USB) inicializável.

23. Durante uma auditoria em estações com Windows 10 e Windows 11, constatou-se que o ícone “RelatórioMensal” na Área de Trabalho abria o arquivo C:\Dados\Relatórios\2026\RelatórioMensal.xlsx. Após reorganização de pastas, o arquivo foi movido para C:\Dados\Relatórios\2026\Fev\RelatórioMensal.xlsx, mantendo o mesmo nome. Para restabelecer o acesso sem duplicar o arquivo, um técnico decidiu substituir o item da Área de Trabalho por outro criado a partir do arquivo real, utilizando Copiar e a opção Colar atalho. Diante deste contexto, considera-se que o procedimento esperado corresponde:

- (A) A criação, na Área de Trabalho, de uma cópia do arquivo por meio de “Copiar” e “Colar”, mantendo o item “RelatórioMensal” atualizado para o novo caminho.
- (B) A criação, na Área de Trabalho, de um atalho para a pasta C:\Dados\Relatórios\2026\Fev, de modo que a abertura do relatório ocorra pela navegação até o arquivo dentro do diretório.
- (C) A criação, na Área de Trabalho, de um atalho apontando para C:\Dados\Relatórios\2026\Fev\RelatórioMensal.xlsx, obtido por “Copiar” do arquivo real e “Colar atalho”, preservando o arquivo no diretório de origem.
- (D) A criação, na Área de Trabalho, de um arquivo de atalho “RelatórioMensal.xlsx” por “Copiar” e “Colar”, com atualização automática do destino do link quando o arquivo for movido entre subpastas.

24. Em fevereiro de 2026, um órgão público revisa o Manual de Reuniões On-line, que ainda orienta o uso de Skype for Business Online e Google Hangouts para encontros com cidadãos e parceiros externos. A equipe de TI deve atualizar o documento para refletir o estado atual das ferramentas. Com base nas informações descritas, considera-se que a atualização técnica coerente corresponde à:

- (A) atualização técnica que deve registrar a permanência do Google Hangouts no Google Workspace para reuniões externas e a continuidade do Skype for Business Online como serviço recomendado para reuniões institucionais com convidados.
- (B) atualização técnica que deve registrar a descontinuação do Google Hangouts, com migração para Google Chat e Google Meet, e a aposentadoria do Skype for Business Online em 31 de julho de 2021, com transição para Microsoft Teams, mantendo Teams, Meet e Zoom como plataformas de reunião.
- (C) atualização técnica que deve registrar a descontinuação do Google Meet, com retorno do Google Hangouts como solução principal de videoconferência, e a manutenção do Skype for Business Online no Microsoft 365 como componente de reuniões integrado ao Teams.
- (D) atualização técnica que deve registrar a descontinuação do Google Hangouts, com migração para Google Chat e integração das reuniões ao Google Duo, e a aposentadoria do Skype for Business Online em 5 de maio de 2025, com transição para Microsoft Teams.

25. Em um órgão público, um setor precisa disponibilizar a uma equipe externa um conjunto de documentos armazenados em um serviço de nuvem, garantindo que (i) os arquivos permaneçam sob controle do órgão, (ii) os acessos sejam revogáveis a qualquer momento, (iii) alterações possam ser rastreadas por histórico de versões e registro de atividade, e (iv) o acesso pelos convidados ocorra preferencialmente via nuvem, sem exigir sincronização automática permanente para armazenamento local em seus dispositivos. Diante deste contexto, entende-se que a configuração condizente com fundamentos de armazenamento em nuvem corresponde à(ao):

- (A) publicação dos documentos por envio de anexos em e-mail institucional, mantendo-os hospedados no cliente de e-mail e controlando permissões pelo provedor SMTP.
- (B) criação de um arquivo compactado único e o envio por mensageria instantânea, assegurando controle de versões pelo aplicativo de mensagens e revogação centralizada pelo remetente.
- (C) cópia dos documentos para uma pasta local em cada computador da equipe externa, garantindo revogação de acesso por remoção do atalho na Área de Trabalho de cada usuário.
- (D) compartilhamento por link ou convite a partir do repositório em nuvem do órgão, com permissões específicas (leitura/edição), possibilidade de revogação, histórico de versões e registro de atividade, mantendo os arquivos no repositório do órgão e permitindo acesso via nuvem com sincronização opcional e controlada.

Legislação Específica

26. André, servidor público federal, observou que seu superior hierárquico vinha solicitando a fornecedores que participavam de licitações na instituição o pagamento de valores indevidos em troca de favorecimento nos processos de contratação. André, temendo represálias e prejuízos à sua carreira, decidiu não se envolver nas práticas irregulares, recusando-se a participar de qualquer ação que beneficiasse o esquema, mas optou por não comunicar formalmente o fato às autoridades competentes nem representar contra seu superior, mantendo-se em silêncio sobre a situação. Considerando os deveres fundamentais estabelecidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público, assinale a afirmativa correta.

- (A) André cumpriu adequadamente seus deveres éticos ao abster-se de participar das práticas irregulares e ao manter respeito à hierarquia, uma vez que a denúncia de superiores hierárquicos deve ser evitada para preservar a harmonia administrativa e a estabilidade das relações de trabalho.
- (B) A conduta de André está parcialmente adequada aos deveres éticos, pois embora tenha resistido às pressões para participar de ações ilegais, deveria ter aguardado orientação de autoridade superior antes de tomar qualquer providência relacionada à denúncia dos fatos observados.
- (C) André descumpriu deveres fundamentais previstos no Código de Ética ao não resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos que visem obter vantagens indevidas e denunciá-las, bem como ao deixar de comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.
- (D) A conduta de André está adequada aos deveres éticos estabelecidos no código, uma vez que o respeito à hierarquia impede a representação contra superiores hierárquicos, devendo o servidor limitar-se a não participar de ações imorais sem formalizar denúncias que possam comprometer a estrutura organizacional.

27. Elisa é ocupante de um cargo público federal cujas atribuições regimentais e operacionais impõem, por sua própria natureza, a necessidade de deslocamentos constantes e rotineiros para fora da sede onde está lotada, a fim de realizar inspeções de campo. Em razão de uma reestruturação na unidade, Elisa questiona o departamento de recursos humanos sobre a ausência de pagamento de diárias em seus deslocamentos habituais de serviço, que não envolvem pernoite, mas exigem o afastamento da sede. Considerando as normas que regem as indenizações no Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990), assinale a alternativa correta.

- (A) Elisa não fará jus ao recebimento de diárias, uma vez que a legislação veda expressamente o pagamento dessa verba indenizatória nos casos em que o deslocamento da sede constitui uma exigência permanente do exercício do cargo.
- (B) O direito de Elisa às diárias é garantido pela natureza eventual do serviço público, de modo que a permanência da exigência de deslocamento no cargo não afasta o dever de indenizar as despesas com alimentação e locomoção urbana.
- (C) A servidora terá direito ao recebimento de meia diária em todos os seus deslocamentos, independentemente da natureza do cargo, visto que a vedação legal restringe-se apenas aos casos em que a União custeia as despesas por outro meio diverso.
- (D) A administração pública possui discricionariedade para converter as diárias de Elisa em auxílio-transporte, desde que a exigência permanente de deslocamento seja compensada por uma gratificação de produtividade técnica de natureza salarial.

28. No que concerne ao tratamento, à custódia e à responsabilidade sobre informações classificadas como sigilosas no âmbito da Administração Pública, a Lei nº 12.527/2011 estabelece diretrizes rígidas para o controle de acesso. Tendo em vista as disposições legais sobre a segurança da informação, assinale a alternativa correta.

- (A) As medidas de proteção contra perda, alteração indevida ou divulgação não autorizada de informações sigilosas aplicam-se exclusivamente aos agentes públicos vinculados estatutariamente ao Estado, não alcançando entidades privadas.
- (B) A obrigação de observar as medidas e procedimentos de segurança para o tratamento de informações sigilosas é restrita às autoridades máximas dos órgãos, não sendo exigível o conhecimento de tais normas pelo pessoal subordinado hierarquicamente.
- (C) O tratamento de informações sigilosas por pessoas físicas em razão de vínculo com o poder público dispensa a adoção de providências de segurança, desde que a execução da atividade ocorra em ambiente externo às dependências do órgão.
- (D) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação sigilosa estão estritamente condicionados ao binômio da necessidade de conhecê-la e do devido credenciamento, gerando para aquele que a obtém a obrigação legal de resguardar o sigilo.

29. O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) constitui uma ferramenta estratégica de modernização da Administração Pública Federal, voltada à substituição do controle de assiduidade pela gestão de resultados. Acerca do âmbito de aplicação e das diretrizes gerais estabelecidas pelo Decreto nº 11.072/2022, assinale a alternativa correta.

- (A) O PGD qualifica-se como um direito subjetivo e autoaplicável de todos os agentes públicos federais, independentemente de ato autorizativo do Ministro de Estado ou da natureza das atividades desenvolvidas pela unidade.
- (B) O programa é um instrumento de gestão focado na entrega por resultados, alcançando servidores efetivos, comissionados, empregados públicos, contratados temporários e estagiários em exercício na administração direta, autárquica e fundacional.
- (C) Em razão do princípio da unidade da Administração Pública, o PGD aplica-se indistintamente aos servidores civis e aos militares das Forças Armadas, desde que estes últimos ocupem cargos de natureza administrativa em órgãos centrais.
- (D) A mensuração das atividades dos participantes do PGD deve pautar-se primordialmente pelo registro eletrônico de frequência, sendo vedada a utilização de indicadores de produtividade para estagiários e contratados por tempo determinado.

30. Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999 sobre o início e a formulação de requerimentos no processo administrativo federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O requerimento inicial deve conter obrigatoriamente a identificação do interessado, o domicílio do requerente, a formulação do pedido com exposição dos fatos e fundamentos, data e assinatura, sendo vedada à administração a recusa imotivada de documentos.
- (B) O processo administrativo deve iniciar-se exclusivamente a pedido de interessado, sendo vedada a instauração de ofício pela administração pública.
- (C) Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário, devendo a administração recusar o recebimento de requerimentos que apresentem eventuais falhas formais.
- (D) O requerimento inicial deve ser formulado exclusivamente por escrito em qualquer hipótese, não sendo admitida solicitação oral mesmo nos casos em que a legislação expressamente a autorize ou a natureza do pedido assim permita.

31. O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro é regido pelo princípio do melhor interesse, impondo aos controladores obrigações rigorosas de transparência, segurança e adequação. Sobre os procedimentos e salvaguardas previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a alternativa correta.

- (A) No tratamento de dados de crianças, o controlador está dispensado de manter pública a informação sobre a forma de utilização e os tipos de dados coletados, bastando que tais informações sejam fornecidas mediante requisição formal dos pais ou responsáveis legais.
- (B) O tratamento de dados de crianças exige consentimento específico e em destaque de ao menos um dos pais ou responsável legal, devendo o controlador realizar esforços razoáveis, consideradas as tecnologias disponíveis, para verificar a legitimidade de quem prestou a autorização.
- (C) As informações sobre o tratamento de dados de menores devem ser fornecidas de maneira estritamente técnica e formal, visando garantir a precisão jurídica para os responsáveis, sendo vedado o uso de recursos audiovisuais que possam comprometer a sobriedade do processo.
- (D) A coleta de dados pessoais de crianças sem consentimento é autorizada de forma ampla sempre que o objetivo for a inclusão do menor em jogos eletrônicos ou aplicações de internet, desde que os dados sejam posteriormente anonimizados e compartilhados com parceiros comerciais.

32. No que concerne à estrutura organizacional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), o Conselho de Curadores (CCUNILAB) desempenha papel fundamental na governança institucional. De acordo com as normas estatutárias que regem o funcionamento e as competências deste órgão, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao órgão deliberar sobre eventuais vetos opostos pelo Reitor às suas decisões, bem como exercer a fiscalização direta sobre a incorporação de receitas extraordinárias que não tenham sido originalmente previstas no orçamento.
- (B) O Conselho de Curadores possui natureza meramente consultiva e subordinada à Reitoria, carecendo de poder deliberativo para interferir na execução da proposta orçamentária anual após sua aprovação pelo Ministério da Educação.
- (C) Em virtude do princípio da autonomia universitária, o CCUNILAB dispõe de prazo indeterminado para se pronunciar sobre matérias de fiscalização patrimonial, visando garantir a profundidade técnica de suas análises e pareceres.
- (D) A fiscalização de convênios e acordos firmados pela Universidade é de competência exclusiva do Conselho Universitário (CONSUNI), cabendo ao CCUNILAB apenas o exame posterior dos demonstrativos contábeis resultantes de tais atos.

33. A Constituição Federal estabelece regime especial de responsabilidade civil para determinadas pessoas jurídicas em razão dos danos causados por seus agentes. Com base nesse regime, assinale a afirmativa correta.

- (A) As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos causados por seus agentes apenas quando demonstrado dolo ou culpa na conduta, devendo o lesado comprovar a existência de culpa do agente para obter a reparação diretamente da entidade pública.
- (B) O direito de regresso contra o agente causador do dano pode ser exercido pelas pessoas jurídicas de direito público e pelas de direito privado prestadoras de serviços públicos em qualquer hipótese de dano causado a terceiros, independentemente da demonstração de dolo ou culpa.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros no exercício de suas funções, sendo-lhes assegurado o direito de regresso contra o agente responsável quando demonstrado dolo ou culpa deste.
- (D) Apenas as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos causados por seus agentes, estando as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos excluídas desse regime de responsabilidade civil, aplicando-se a elas as regras do direito privado.

34. A Portaria MGI nº 6.719/2024 introduz definições precisas para orientar a identificação de condutas abusivas e a gestão de riscos psicossociais no serviço público federal. Sobre os conceitos de assédio, discriminação e organização do trabalho estabelecidos no referido Plano, assinale a alternativa correta.

- (A) O assédio moral organizacional caracteriza-se como um conjunto de condutas abusivas que, embora não necessariamente amparadas por métodos gerenciais, visam à ofensa pontual à dignidade de um servidor específico por questões de foro íntimo do gestor.
- (B) A organização do trabalho compreende o conjunto de normas, processos e práticas que modulam as relações hierárquicas, a divisão das tarefas e os critérios de desempenho, sendo fator determinante na análise da transversalidade das situações de violência.
- (C) A discriminação é definida exclusivamente como a exclusão fundada em raça, sexo ou idade, não abrangendo distinções baseadas em opinião política ou ascendência nacional, as quais devem ser tratadas como conflitos interpessoais comuns.
- (D) O letramento em gênero e raça é definido como o conjunto de medidas punitivas e correccionais aplicadas a gestores que reincidem em práticas de racismo, visando à segregação administrativa do agressor para garantir a integridade do ambiente laboral.

35. A autonomia financeira das universidades federais é exercida dentro dos limites da legislação orçamentária e das fontes de receita previstas em seus estatutos. No que tange à composição e à disciplina dos recursos financeiros da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), assinale a alternativa correta.

- (A) As dotações orçamentárias da UNILAB são provenientes exclusivamente do Orçamento Geral da União (OGU), sendo vedada, por força do princípio da unidade orçamentária, a recepção de recursos oriundos de orçamentos estaduais ou municipais.
- (B) As receitas obtidas por meio de direitos autorais, patentes e exploração de marcas pertencentes à Instituição devem ser obrigatoriamente revertidas ao Tesouro Nacional, não integrando o rol de recursos financeiros próprios da Universidade.
- (C) A celebração de contratos e convênios com organismos internacionais constitui fonte de recurso extraordinária que depende de prévia autorização legislativa específica para cada instrumento firmado, dada a natureza da dotação.
- (D) O Regimento Geral da UNILAB estabelecerá as diretrizes para elaboração e execução orçamentárias, de acordo com a legislação em vigor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36. O arquivo é uma entidade que surge naturalmente a partir das atividades de uma pessoa física ou jurídica. Considerando a evolução histórica e a finalidade dos arquivos, assinale a alternativa correta.

- (A) O arquivo é uma coleção de documentos reunidos artificialmente, sem vínculo orgânico, com fins exclusivamente culturais.
- (B) A finalidade principal do arquivo é guardar documentos raros e antigos para fins de pesquisa histórica.
- (C) O arquivo tem como finalidade servir à administração e subsidiar a pesquisa, garantindo a preservação de documentos com valor probatório e informativo.
- (D) O arquivo público surgiu apenas no século XX com o desenvolvimento da administração pública moderna.

37. A classificação dos arquivos pode ser feita quanto à entidade mantenedora, à natureza dos documentos ou à extensão da atuação. Sobre esse tema, identifique a alternativa correta.

- (A) Quanto à entidade mantenedora, os arquivos podem ser públicos, privados ou pessoais.
- (B) Os arquivos especiais são aqueles que guardam documentos de formatos físicos variados, como fotografias, mapas e filmes, independentemente do suporte.
- (C) Quanto à extensão da atuação, os arquivos dividem-se em correntes, intermediários e permanentes.
- (D) Os arquivos privados são aqueles pertencentes a empresas e instituições educacionais, excluindo-se os arquivos de pessoas físicas.

38. Os princípios arquivísticos são fundamentos teóricos que orientam o tratamento técnico dos arquivos. Com base nesses princípios, marque a alternativa correta.

- (A) O princípio da proveniência estabelece que os documentos devem ser organizados por assunto, independentemente da entidade produtora.
- (B) O princípio da unicidade determina que cada documento de arquivo é único e não pode existir em múltiplas cópias.
- (C) O princípio da cumulatividade defende que os arquivos são formados por uma acumulação planejada e artificial de documentos.
- (D) O princípio da organicidade refere-se à relação natural entre os documentos de um arquivo, decorrente das atividades da entidade produtora.

39. A classificação arquivística considera múltiplas categorias para identificar e organizar os documentos. Em relação ao gênero, à espécie, à tipologia, ao suporte e ao formato dos documentos, é correto afirmar que:

- (A) O gênero documental refere-se à atividade que gerou o documento, enquanto a espécie corresponde à configuração física do suporte.
- (B) A tipologia documental é o estudo da espécie documental combinada à função que a gerou, representando o documento no exercício de determinada atividade.
- (C) O suporte da informação e o formato são conceitos idênticos, pois ambos dizem respeito à superfície material na qual a informação é registrada.
- (D) O formato documental é determinado exclusivamente pela natureza jurídica do documento, sendo irrelevante para a classificação arquivística.

40. A Diplomática contemporânea, ao ser aplicada aos documentos arquivísticos, amplia o objeto de estudo da Diplomática clássica. Considerando a análise tipológica de documentos arquivísticos, é correto afirmar que:

- (A) A Diplomática contemporânea limita-se à análise da autenticidade de documentos medievais, não se aplicando aos documentos produzidos no século XX.
- (B) A análise tipológica restringe-se à identificação da espécie documental, desconsiderando o contexto funcional de produção.
- (C) A tipologia documental resulta da junção da espécie documental com a função que originou o documento, permitindo compreender o ato administrativo ou jurídico que o gerou.
- (D) O método diplomático contemporâneo substitui integralmente a arquivística, dispensando a análise do fundo e da proveniência.

41. O arranjo e a descrição de documentos arquivísticos permanentes fundamentam-se em princípios e normas técnicas. Considerando a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) e a elaboração de instrumentos de pesquisa, é correto afirmar que:

- (A) O arranjo arquivístico em arquivos permanentes deve obedecer à ordem original dos documentos, respeitando o princípio da proveniência e a organicidade.
- (B) A ISAD(G) estabelece um modelo único de instrumento de pesquisa, determinando que todos os arquivos publiquem exclusivamente inventários analíticos.
- (C) A descrição multinível, segundo a ISAD(G), permite descrever separadamente cada unidade documental sem vinculação ao fundo ao qual pertence.
- (D) Os instrumentos de pesquisa restringem-se ao inventário sumário e ao catálogo seletivo, excluindo-se os guias de fundos.

42. A avaliação documental é uma função estratégica da gestão de documentos, materializada em instrumentos técnicos como os Códigos/Planos de Classificação e as Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTD). Sobre esses instrumentos, assinale a alternativa correta.

- (A) O Código de Classificação de Documentos organiza fisicamente os documentos nas estantes, determinando sua localização no depósito.
- (B) A Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos define os prazos de guarda e a destinação final (eliminação ou guarda permanente) dos documentos, com base no valor primário e secundário.
- (C) A avaliação documental é realizada apenas no arquivo permanente, pois os documentos correntes e intermediários ainda não possuem valor probatório.
- (D) Os planos de classificação são instrumentos facultativos na administração pública, utilizados somente em arquivos privados.

43. A preservação de documentos arquivísticos requer políticas institucionais, planejamento e técnicas específicas. Em relação à política de preservação, é correto afirmar que:

- (A) A política de preservação deve ser exclusivamente corretiva, atuando somente após o dano ao documento original.
- (B) As técnicas de preservação resumem-se à restauração de documentos danificados, sendo desnecessárias ações de conservação preventiva.
- (C) A política de preservação é responsabilidade exclusiva do arquivista, sem necessidade de participação institucional ou orçamentária.
- (D) O planejamento da preservação envolve diagnóstico, definição de prioridades, alocação de recursos e implementação de ações preventivas e corretivas.

44. Os documentos arquivísticos estão sujeitos a diversos agentes de degradação, que comprometem sua integridade física e química. Sobre a identificação e o controle desses agentes, é correto afirmar que:

- (A) Fatores ambientais, como temperatura, umidade relativa do ar, poluição e iluminação, são agentes de degradação que podem ser controlados por meio de monitoramento e adequação das condições de guarda.
- (B) Os agentes biológicos, como fungos, insetos e roedores, são os únicos fatores de degradação relevantes em acervos documentais.
- (C) A degradação química, como a hidrólise ácida do papel, é um processo irreversível e não pode ser controlada por nenhuma técnica de conservação.
- (D) Os agentes físicos de degradação limitam-se aos desastres naturais, como enchentes e incêndios, sendo impossível prevenir danos causados pelo manuseio inadequado.

45. A conservação preventiva é a base para a longevidade dos acervos arquivísticos. Quanto às técnicas de higienização, condições ambientais e acondicionamento, indique a opção correta.

- (A) A higienização consiste na limpeza dos documentos com água e sabão neutro, devendo ser realizada anualmente em todo o acervo.
- (B) O acondicionamento adequado utiliza invólucros de papel alcalino ou poliéster, protegendo os documentos contra poeira, luz e variações climáticas.
- (C) As condições ambientais ideais para acervos em papel são temperatura superior a 25 °C e umidade relativa acima de 70%, visando acelerar o envelhecimento natural.
- (D) O armazenamento em estantes metálicas dispensa o uso de invólucros individuais, desde que o ambiente seja climatizado.

46. O protocolo é a unidade responsável pelo controle da tramitação documental na fase corrente da gestão de documentos. Considerando as atividades de recebimento, classificação, registro, tramitação e expedição, é correto afirmar que:

- (A) A classificação no protocolo é realizada com base no código de classificação de documentos, atribuindo-se o assunto correspondente à função do órgão.
- (B) O recebimento no protocolo limita-se aos documentos oficiais externos, excluindo-se os documentos internos e os sigilosos.
- (C) O registro protocola documentos, processos e também correspondências particulares dos servidores, uma vez que tramitam na instituição.
- (D) A expedição consiste no arquivamento definitivo dos documentos após a conclusão do processo administrativo.

47. A segurança e o sigilo na gestão de documentos arquivísticos envolvem equilíbrio entre proteção da informação e direito de acesso. A classificação sigilosa de documentos públicos no Brasil fundamenta-se em critérios técnicos e legais. Neste sentido, defende-se que:

- (A) A classificação sigilosa pode ser aplicada a qualquer documento, independentemente do teor, por decisão discricionária da autoridade classificadora, sem necessidade de fundamentação.
- (B) Os prazos de sigilo para documentos ultrassecretos são indeterminados, podendo ser renovados sucessivamente sem revisão obrigatória.
- (C) A classificação de documentos sigilosos no âmbito da administração pública federal segue o disposto na Lei nº 12.527/2011 e no Decreto nº 7.724/2012, estabelecendo graus de sigilo (reservado, secreto, ultrassecreto) e prazos máximos de restrição de acesso.
- (D) O cidadão não possui legitimidade para solicitar desclassificação de documentos sigilosos, sendo essa prerrogativa exclusiva da autoridade classificadora.

48. O Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) compreende um conjunto de tecnologias e práticas para gestão de documentos digitais. Sua aplicação em ambientes arquivísticos requer distinção entre conceitos como captura, armazenamento e recuperação. Neste sentido, pode-se afirmar que:

- (A) O GED envolve funcionalidades como captura, indexação, armazenamento, gerenciamento de fluxos de trabalho e recuperação da informação, devendo integrar-se aos princípios arquivísticos de organicidade e proveniência.
- (B) O GED limita-se à digitalização de documentos físicos, sendo sinônimo de processo de conversão de papel para formato digital.
- (C) Os sistemas de GED operam exclusivamente com documentos nato-digitais, não sendo aplicáveis a documentos híbridos ou digitalizados.
- (D) A implantação de GED dispensa a elaboração de plano de classificação e tabela de temporalidade, pois o sistema organiza automaticamente os documentos por palavras-chave.

49. A preservação de documentos digitais a longo prazo impõe desafios quanto à manutenção da autenticidade, confiabilidade e integridade. Modelos conceituais e requisitos sistêmicos têm sido desenvolvidos para garantir a cadeia de custódia ininterrupta. Neste sentido, é possível afirmar que:

- (A) A autenticidade de um documento digital independe da manutenção da cadeia de custódia, sendo suficiente a verificação pontual de assinaturas digitais.
- (B) O modelo *Open Archival Information System* (OAIS) estabelece padrão para preservação digital, contemplando funções de ingestão, armazenamento, gestão de dados e acesso, com ênfase na manutenção da cadeia de custódia.
- (C) Documentos digitais autênticos são aqueles que mantêm inalterado seu conteúdo, sendo irrelevante a preservação do contexto de produção e das relações orgânicas.
- (D) A migração de suportes compromete irreversivelmente a autenticidade dos documentos digitais, razão pela qual deve ser evitada em qualquer hipótese.

50. A certificação digital é mecanismo de garantia de autenticidade, integridade e não repúdio de documentos eletrônicos. Sua aplicação na gestão arquivística de documentos digitais exige compreensão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Neste sentido, defende-se que:

- (A) A certificação digital confere ao documento eletrônico presunção relativa de veracidade, equiparável à fé pública dos documentos em papel.
- (B) O Certificado Digital do tipo A3, armazenado em mídia não removível (hardware criptográfico), possui menor nível de segurança que o certificado do tipo A1 (software).
- (C) A ICP-Brasil é facultativa para a administração pública federal, que pode adotar certificações estrangeiras sem necessidade de credenciamento.
- (D) A assinatura digital com certificado ICP-Brasil assegura, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, a presunção legal de autenticidade e integridade, conferindo validade jurídica aos documentos eletrônicos.

51. A aplicação de tecnologias da informação nos arquivos deve estar subordinada aos princípios arquivísticos e às funções de gestão, preservação e acesso. Sistemas informatizados de gestão arquivística (SIGAD) são exemplos dessa aplicação. Assim, entende-se que:

- (A) Qualquer software de gerenciamento eletrônico atende aos requisitos arquivísticos, desde que permita o armazenamento e a recuperação de documentos.
- (B) O SIGAD – Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – deve contemplar funcionalidades para captura, classificação, temporalidade, destinação, tramitação e preservação, observando os requisitos do e-ARQ Brasil.
- (C) As tecnologias aplicadas aos arquivos restringem-se à automação de processos administrativos, não interferindo nas funções de preservação permanente.
- (D) A interoperabilidade entre sistemas arquivísticos é incompatível com o princípio da proveniência, pois descontextualiza os documentos.

52. A digitalização de documentos arquivísticos é o processo técnico que converte documentos físicos para formato digital, com finalidades de acesso, preservação ou substituição. No entanto, exige rigor técnico e normativo. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A digitalização com finalidade de preservação dispensa o tratamento arquivístico prévio, pois o documento digital substitui integralmente o original.
- (B) Documentos digitalizados possuem, por si sós, o mesmo valor jurídico e probatório dos originais físicos, independentemente de certificação digital.
- (C) A Resolução CONARQ nº 31/2010 estabelece diretrizes para a digitalização de documentos arquivísticos permanentes, recomendando a manutenção dos originais físicos e a adoção de padrões de qualidade de imagem.
- (D) A eliminação de documentos físicos após digitalização é permitida sem qualquer autorização, desde que o acervo digitalizado esteja acessível.

53. Acerca do direito fundamental à informação, previsto no art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988, e considerando a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em temas de repercussão geral, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de colisão entre a liberdade de informação e os direitos da personalidade (honra, imagem, privacidade), o intérprete deve realizar a ponderação dos interesses no caso concreto, sendo admitida a responsabilização civil do veículo de comunicação por danos morais, inclusive com a remoção de conteúdo, se comprovado o abuso no exercício da liberdade de imprensa.
- (B) O direito ao acesso à informação e a liberdade de imprensa são absolutos, não admitindo qualquer tipo de restrição ou responsabilização posterior, seja na esfera cível ou penal, em homenagem ao princípio da vedação à censura prévia.
- (C) A divulgação de fatos verídicos e lícitamente obtidos pela imprensa é sempre legítima, prevalecendo o direito à informação sobre os direitos da personalidade, em especial a honra e a imagem, em razão do interesse público e social da notícia.
- (D) A Constituição Federal consagra o chamado “direito ao esquecimento”, permitindo que uma pessoa, em razão da passagem do tempo, possa obstar a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos que envolvam sua imagem, sob pena de indenização por danos morais ao veículo que os republicar.

54. A Lei de Acesso à Informação (LAI) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, impondo deveres ao Estado e estabelecendo procedimentos. Neste sentido, pode-se afirmar que:

- (A) A LAI aplica-se exclusivamente aos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo federal, não alcançando os Poderes Legislativo e Judiciário nem os entes federativos.
- (B) O serviço de busca e fornecimento de informação é condicionado ao pagamento de taxas, podendo o órgão recusar pedidos de cidadãos que não efetuem o recolhimento prévio.
- (C) A informação sob guarda do Estado é sempre pública, devendo o sigilo ser exceção, fundamentado nas hipóteses legais e limitado no tempo, conforme os graus e prazos estabelecidos.
- (D) O pedido de acesso à informação deve conter motivação específica, sendo indeferido sumariamente o requerimento que não justificar o interesse na informação solicitada.

55. Arquivos em diferentes suportes (fotográficos, audiovisuais, sonoros, cartográficos) demandam identificação e tratamento técnico específicos, considerando suas particularidades físicas e informacionais. Nesse contexto, indique a alternativa correta.

- (A) O tratamento de arquivos fotográficos em arquivos permanentes deve priorizar a extração da informação imagética, sendo dispensável a manutenção das relações orgânicas com o fundo documental.
- (B) A identificação de arquivos em suportes especiais segue os mesmos procedimentos aplicados aos documentos textuais, sem necessidade de políticas específicas.
- (C) Documentos cartográficos, por sua natureza técnica, não integram os fundos arquivísticos, devendo ser tratados como coleções em bibliotecas ou museus.
- (D) A identificação de arquivos em diferentes suportes exige conhecimento das características físicas e dos contextos de produção, aplicando-se os princípios da proveniência e organicidade, com adaptações metodológicas.

56. Políticas públicas arquivísticas, sistemas e redes de arquivos são instrumentos de gestão e integração dos serviços arquivísticos no Brasil. A esse respeito, indique a alternativa correta.

- (A) O Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) é estruturado de forma centralizada, com hierarquia rígida e subordinação direta dos arquivos estaduais e municipais ao Arquivo Nacional.
- (B) As políticas públicas arquivísticas são formuladas exclusivamente pelo Poder Executivo federal, não havendo competência dos estados e municípios para legislar sobre arquivos.
- (C) O CONARQ é órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, com atribuição de formular a política nacional de arquivos e orientar a implantação do SINAR.
- (D) Redes de arquivos são incompatíveis com o princípio da proveniência, pois promovem a dispersão de fundos documentais.

57. A integração entre GED e gestão arquivística requer distinção entre documento arquivístico e documento eletrônico não arquivístico. Neste sentido, defende-se que:

- (A) Todo documento eletrônico gerenciado por sistema de GED é, por definição, documento arquivístico, independentemente de sua relação orgânica com as atividades do produtor.
- (B) A gestão arquivística de documentos digitais prescinde da aplicação do plano de classificação, uma vez que a indexação por palavras-chave é suficiente.
- (C) O GED, quando implantado em instituições públicas, substitui integralmente a necessidade de protocolo e de registro de tramitação.
- (D) O documento arquivístico digital distingue-se por seu caráter orgânico, ou seja, pela relação com os demais documentos do produtor e com as atividades que o geraram.

58. A manutenção da cadeia de custódia ininterrupta é requisito fundamental para a preservação da autenticidade de documentos digitais arquivísticos. Neste sentido, defende-se que:

- (A) A cadeia de custódia aplica-se exclusivamente aos documentos físicos, sendo substituída, no ambiente digital, pela verificação de *hash* a cada acesso.
- (B) Repositórios arquivísticos digitais confiáveis devem implementar mecanismos de controle da cadeia de custódia, documentando todas as transferências, migrações e intervenções no acervo.
- (C) A terceirização da guarda de documentos digitais rompe necessariamente a cadeia de custódia, comprometendo a autenticidade.
- (D) A presença de assinatura digital certificada no momento da produção do documento elimina a necessidade de manutenção da cadeia de custódia.

59. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 216, estabelece o dever do Estado de proteger o patrimônio cultural brasileiro, incluídos os documentos arquivísticos. Neste sentido, defende-se que:

- (A) O patrimônio cultural restringe-se aos bens tombados de natureza material, excluindo-se os documentos públicos não tombados e os acervos privados.
- (B) A proteção do patrimônio documental arquivístico é dever exclusivo da União, não alcançando estados, municípios e Distrito Federal.
- (C) O § 2º do art. 216 determina que cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
- (D) Os documentos arquivísticos privados não integram o patrimônio cultural, ainda que portadores de referência à identidade e memória dos grupos formadores da sociedade brasileira.

60. A terminologia arquivística constitui a linguagem especializada que fundamenta a comunicação técnica e científica no campo dos arquivos. A precisão conceitual é essencial para a aplicação correta dos métodos e princípios. Considerando o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística e a literatura especializada, assinale a alternativa correta.

- (A) Os termos “fundo”, “grupo” e “série” são equivalentes e podem ser utilizados indistintamente para designar conjuntos documentais em qualquer nível de arranjo.
- (B) “Arquivo intermediário” é definido como o conjunto de documentos de valor histórico-cultural, custodiados em caráter definitivo por instituição arquivística pública.
- (C) O termo “arranjo” refere-se exclusivamente às atividades de ordenação de documentos ainda na fase corrente, não se aplicando aos arquivos permanentes.
- (D) “Documento arquivístico” distingue-se de “documento” genérico por sua produção e acumulação orgânica no curso das atividades de uma pessoa física ou jurídica, mantendo relações de proveniência e organicidade.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EFETIVO DE VAGAS DA CARREIRA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO NÍVEL SUPERIOR

01103 – ARQUIVISTA – TIPO B

Frase: **Bem coletivo deve prevalecer.**
(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

• Texto para as questões de 1 a 5.

Mudanças Climáticas e Eventos Atmosféricos: A Frente Fria Pós-Carnaval e Seus Efeitos no Brasil

Nos dias subsequentes ao Carnaval de 2026, o Brasil passou por uma mudança significativa no padrão meteorológico devido ao avanço de uma frente fria que rompeu o regime de clima quente e estável característico dessa época do ano. Durante o período festivo, grande parte do território nacional experimentou tempo predominantemente ensolarado, altas temperaturas e baixa instabilidade atmosférica.

A chegada dessa frente fria desencadeou alterações relevantes na dinâmica atmosférica, promovendo aumento da nebulosidade, queda gradual das temperaturas e elevação do risco de temporais, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Tais frentes configuram-se como importantes mecanismos de reorganização climática, resultantes do avanço de massas de ar frio sobre áreas previamente aquecidas.

Do ponto de vista ecológico, a mudança abrupta nas condições climáticas impacta diretamente os ecossistemas terrestres e aquáticos. A intensificação das chuvas interfere no ciclo hidrológico, no transporte de nutrientes e na estabilidade do solo, afetando comunidades biológicas sensíveis às variações térmicas e pluviométricas.

Além disso, a redução das temperaturas máximas influencia processos fisiológicos de plantas e animais, podendo alterar ciclos reprodutivos, padrões de crescimento e estratégias adaptativas. Esses efeitos evidenciam a estreita relação entre eventos atmosféricos e respostas biológicas em ambientes naturais.

O aumento do risco de temporais exige atenção das autoridades ambientais e de defesa civil, uma vez que precipitações intensas podem ocasionar alagamentos, erosões e deslizamentos. O monitoramento meteorológico contínuo torna-se, assim, ferramenta indispensável para a mitigação de impactos socioambientais.

Em síntese, a frente fria observada após o Carnaval de 2026 ilustra a complexidade das interações entre atmosfera e biosfera. A compreensão científica desses eventos contribui para o aprimoramento das previsões climáticas e para a formulação de estratégias de conservação ambiental.

Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2026/02/19/frente-fria-muda-o-tempo-apos-carnaval-de-sol-e-calor-e-eleva-risco-de-temporais.ghtml>.

Adaptado. Acesso em: 19 fev. 2026.

1. Considerando a progressão temática do texto, a articulação entre os aspectos meteorológicos e ecológicos e a conclusão apresentada pelo autor, assinale a alternativa que sintetiza, de forma mais abrangente e fiel, a ideia central desenvolvida no texto.

- (A) A frente fria mencionada promoveu a cessação definitiva do calor característico do verão brasileiro.
- (B) A atuação de uma frente fria após o Carnaval de 2026 rompeu o padrão de estabilidade atmosférica predominante, desencadeando instabilidades climáticas com potenciais impactos ambientais no território brasileiro.
- (C) O texto restringe-se à apresentação de dados estatísticos sobre temperatura e precipitação, sem estabelecer relações com processos ecológicos.
- (D) As alterações climáticas descritas no texto não produzem efeitos significativos sobre os ecossistemas naturais.

2. Considerando as características estruturais, a finalidade comunicativa e o tratamento dado às informações científicas no texto, marque a alternativa que identifica corretamente o gênero textual predominante.

- (A) Relato pessoal, centrado na experiência individual do narrador.
- (B) Texto literário de cunho narrativo, marcado pela subjetividade do autor.
- (C) Reportagem científica, que articula dados meteorológicos a análises ecológicas em linguagem informativa e objetiva.
- (D) Texto publicitário, voltado à persuasão do leitor por meio de estratégias argumentativas.

3. Considerando o texto-base e as normas estabelecidas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, bem como as exigências de correção linguística aplicáveis à redação institucional de alto nível, assinale a alternativa correta.

- (A) O substantivo Carnaval, por designar evento recorrente e não entidade única, deve ser grafado com inicial minúscula, ainda que se refira à festividade oficialmente reconhecida no calendário nacional.
- (B) O vocábulo “socioambientais” deveria ser grafado com hífen, pois a ausência desse sinal descaracteriza a relação semântica entre o prefixo “socio” e o substantivo base, contrariando o princípio de transparência morfológica.
- (C) As formas “atmosférica”, “climática” e “fisiológicos” apresentam inadequação ortográfica, visto que a supressão do acento gráfico seria facultativa após o Acordo Ortográfico, que flexibilizou a acentuação das proparoxítonas.
- (D) As palavras e expressões empregadas no texto atendem às normas da ortografia oficial da língua portuguesa, observando-se corretamente as regras de acentuação gráfica, o uso ou a ausência do hífen em formações prefixais, a grafia de termos técnico-científicos consagrados e a distinção normativa entre maiúsculas e minúsculas em substantivos próprios e comuns.

4. Com base no texto, indique a alternativa em que a colocação do pronome átono está correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, considerando as exceções e restrições sintáticas aplicáveis.

- (A) Em síntese, a frente fria observada após o Carnaval de 2026 ilustra a complexidade das interações entre atmosfera e biosfera, contribuindo-se para o aprimoramento das previsões climáticas.
- (B) A chegada dessa frente fria desencadeou alterações relevantes na dinâmica atmosférica, promovendo-lhes por meio do avanço de massas de ar frio sobre áreas previamente aquecidas.
- (C) Do ponto de vista ecológico, a mudança abrupta nas condições climáticas impacta diretamente os ecossistemas terrestres e aquáticos, afetando-os de maneira significativa.
- (D) O monitoramento meteorológico contínuo torna-se, assim, ferramenta indispensável para mitigar-se os impactos socioambientais decorrentes dos temporais.

5. Considerando o texto apresentado, bem como os efeitos sintáticos, semânticos e discursivos produzidos pelo emprego dos sinais de pontuação, marque a alternativa correta, à luz da norma-padrão da língua portuguesa e das convenções do texto científico-informativo.

- (A) O emprego dos sinais de pontuação, em especial vírgulas, pontos finais e conectores isolados por vírgulas, contribui para a organização sintática do texto, explicita relações lógico-discursivas — como causa, consequência, adição e conclusão — e favorece a clareza, a progressão temática e a precisão informativa características do gênero expositivo-científico.
- (B) As vírgulas empregadas no texto rompem a linearidade sintática ao separar termos essenciais da oração, o que gera ambiguidades interpretativas e compromete a objetividade do discurso científico.
- (C) A pontuação adotada no texto privilegia pausas rítmicas em detrimento da organização lógica, funcionando predominantemente como recurso estilístico, sem contribuição efetiva para a construção do sentido.
- (D) O uso frequente de períodos extensos, articulados por vírgulas, prejudica a progressão temática do texto, tornando a leitura fragmentada e dificultando a compreensão das relações de causa e consequência.

6. Com base no trecho apresentado a seguir, assinale a alternativa correta acerca do emprego e dos efeitos de sentido dos sinais de pontuação.

A velha escrivanhinha, herdada de meu avô, guardava muitos segredos; no entanto, nenhum parecia tão instigante quanto a pequena gaveta trancada. Olhei em volta: a sala estava silenciosa, a poeira dançava no ar e a luz da tarde diminuía. Minhas mãos tremiam, sentindo a frieza do metal, quando decidi abrir o compartimento secreto. — Será que contém cartas de amor, mapas antigos ou apenas memórias esquecidas? — sussurrei para mim mesmo. O que encontrei lá dentro, porém, mudou tudo, deixando-me sem fôlego.

- (A) Em “Minhas mãos tremiam, sentindo a frieza do metal, quando decidi abrir o compartimento secreto”, as vírgulas são obrigatórias, pois isolam oração subordinada adjetiva explicativa, sem a qual o período se tornaria gramaticalmente incorreto.
- (B) No segmento “A velha escrivanhinha, herdada de meu avô, guardava muitos segredos; no entanto, nenhum parecia tão instigante quanto a pequena gaveta trancada”, o ponto e vírgula poderia ser substituído por vírgula, sem prejuízo sintático ou semântico, uma vez que ambas as orações são curtas e coordenadas pela conjunção adversativa.
- (C) No trecho “Olhei em volta: a sala estava silenciosa, a poeira dançava no ar e a luz da tarde diminuía”, os dois-pontos são empregados de modo inadequado, pois deveriam ser substituídos por ponto final, já que introduzem orações independentes do ponto de vista sintático.
- (D) Em “O que encontrei lá dentro, porém, mudou tudo, deixando-me sem fôlego”, as vírgulas isolam a conjunção adversativa deslocada para o interior do período, recurso que enfatiza a quebra de expectativa e está de acordo com a norma-padrão.

7. Considere a situação a seguir.

Carlos teve de refazer um relatório porque os dados estavam errados. Irritado com o empecilho, comentou que “quebrou a cara” com o trabalho e foi ao banco resolver pendências antes de voltar ao escritório.

Com base nos mecanismos semânticos da língua portuguesa, indique a alternativa correta.

- (A) A expressão quebrou a cara exemplifica uso conotativo da linguagem, enquanto o termo banco ilustra um caso de homonímia; além disso, palavras como incompleto e inacabado podem ser consideradas sinônimas no contexto apresentado.
- (B) No enunciado “Carlos quebrou a cara com o trabalho”, a expressão é empregada em sentido denotativo, indicando uma ação física concreta, enquanto o termo banco apresenta relação de polissemia, por possuir sentidos distintos sem vínculo semântico.
- (C) As palavras incompleto e errado, usadas no contexto do relatório, estabelecem relação de sinonímia, pois ambas indicam ausência total de correção dos dados apresentados.
- (D) O uso do termo banco, no sentido de instituição financeira e de assento, exemplifica a paronímia, já que se trata de palavras semelhantes na grafia e no som, mas com significados diferentes.

8. À luz das normas e diretrizes estabelecidas no *Manual de Redação da Presidência da República*, especialmente no que se refere à elaboração de correspondências oficiais, assinale a alternativa correta quanto aos princípios estruturais, linguísticos e pragmáticos que regem a redação de expedientes na administração pública federal.

- (A) A formalidade exigida nos expedientes oficiais autoriza construções sintáticas excessivamente complexas e períodos longos, uma vez que a precisão conceitual se sobrepõe à necessidade de clareza e acessibilidade textual.
- (B) A redação oficial deve priorizar a expressividade individual do redator, admitindo variações estilísticas, figuras de linguagem e marcas subjetivas, desde que não comprometam a compreensão global da mensagem institucional.
- (C) A redação de correspondências oficiais deve observar, de forma concomitante, os princípios da impessoalidade, da clareza, da concisão, da formalidade e da padronização, de modo que o texto represente a instituição, e não o agente que o redige, evitando marcas de subjetividade, ambiguidade ou ornamentação linguística.
- (D) O uso da primeira pessoa do singular é recomendado em ofícios e memorandos, pois reforça a responsabilidade individual do servidor e confere maior transparência à comunicação administrativa.

9. Leia o texto a seguir.

“O que encontrei lá dentro, porém, mudou tudo, deixando-me sem fôlego.”

Considere que esse enunciado, quando inserido em um texto narrativo contemporâneo, pode dialogar implicitamente com uma tradição literária que explora a descoberta súbita como elemento estruturante da narrativa, recorrente em contos de mistério, romances psicológicos e narrativas de formação. Tal construção remete a outros textos nos quais o clímax se organiza a partir da revelação de um objeto, de uma informação ou de um segredo capaz de reconfigurar a percepção do narrador sobre si mesmo e sobre o mundo. A partir dessas considerações, assinale a alternativa correta quanto ao fenômeno da intertextualidade e às relações que se estabelecem entre textos.

- (A) O fragmento mobiliza intertextualidade implícita de natureza temática e discursiva, ao acionar, sem menção direta, um repertório narrativo compartilhado culturalmente, no qual a revelação funciona como eixo estruturador do sentido, exigindo do leitor competência intertextual para reconhecer esse diálogo.
- (B) O trecho apresentado configura exclusivamente intertextualidade explícita, uma vez que pressupõe a citação direta de um texto-fonte reconhecível pelo leitor, condição indispensável para a existência de diálogo entre textos.
- (C) O enunciado exemplifica intertextualidade formal, pois reproduz estruturas sintáticas idênticas às de textos canônicos, caracterizando imitação estilística obrigatória e consciente do autor em relação a um modelo anterior.
- (D) A relação estabelecida no trecho corresponde à paráfrase intertextual, visto que há repetição de conteúdo temático específico de um texto anterior, ainda que com alteração superficial da forma linguística.

10. Considere os enunciados a seguir, todos hipoteticamente extraídos de um relatório técnico-científico, e avalie-os à luz da norma-padrão da língua portuguesa, no que se refere à concordância nominal e à concordância verbal, inclusive em construções com sujeito posposto, expressões partitivas, núcleos complexos e predicativos deslocados.

Marque a alternativa correta.

- (A) Considerou-se irrelevante as variáveis climáticas e os indicadores ecológicos avaliados no estudo preliminar.
- (B) A maioria das alterações climáticas observadas após o evento extremo foram consideradas relevantes pelas autoridades competentes, haja vista estarem associadas a impactos ambientais significativos.
- (C) Seguem anexa ao relatório as tabelas e os gráficos explicativos, cuja análise detalhada evidenciam inconsistências metodológicas relevantes.
- (D) É necessário cautela e análises criteriosas na interpretação dos dados apresentados, sobretudo quando se trata de fenômenos atmosféricos complexos.

Raciocínio Lógico

11. Assinale a alternativa que apresenta uma sentença fechada.

- (A) Todo número inteiro positivo maior que 2 é par.
- (B) Se João tivesse estudado mais, teria sido aprovado no concurso.
- (C) $x^2 - 5x + 6 = 0$
- (D) Quando ele chegar, começaremos a reunião.

12. Considere as proposições a seguir, ambas verdadeiras:

- p: O som é uma onda.
 q: A onda transporta energia.

Com base nessas proposições, assinale a alternativa verdadeira.

- (A) O som não é uma onda se, e somente se, a onda transportar energia.
- (B) Ou o som é uma onda ou a onda não transporta energia.
- (C) Se o som é uma onda, então a onda não transporta energia.
- (D) O som não é uma onda ou a onda não transporta energia.

13. Considere as proposições compostas:

- $(P \wedge Q) \rightarrow P$
- $P \rightarrow (P \wedge Q)$

Essas proposições são, respectivamente, exemplos de:

- (A) contradição e contingência.
- (B) tautologia e contradição.
- (C) tautologia e contingência.
- (D) contingência e tautologia.

14. De acordo com as leis de De Morgan, o complementar da interseção é igual à união dos complementares. Assim, dado um conjunto universo U , seja X^c o complementar de X em relação a U . Considere o conjunto universo: $U = \{1,2,3,4,5\}$ e os subconjuntos: $A = \{1,2\}$ e $B = \{2,4\}$. O conjunto $A^c \cup B^c$ é igual a:

- (A) $\{1,3,4,5\}$.
- (B) $\{3,5\}$.
- (C) $\{2,3,4,5\}$.
- (D) $\{1,2,3,4,5\}$.

15. Um programa municipal concede um auxílio mensal a estudantes, pagando R\$ 480,00 no primeiro mês. A cada mês seguinte, o valor do auxílio aumenta R\$ 30,00 em relação ao mês anterior. Sabendo que o benefício é pago durante 10 meses consecutivos, sem interrupções, o valor total recebido por cada estudante ao final do período, é de:

- (A) R\$ 7.950,00
- (B) R\$ 7.350,00
- (C) R\$ 6.750,00
- (D) R\$ 6.150,00

16. Considere quatro servidores: Henrique, Lúcia, Marcos e Patrícia, e quatro cargos distintos: Auditor, Analista, Técnico e Supervisor, sabendo que cada servidor exerce exatamente um cargo. Analise as informações a seguir:

- Henrique não é Auditor nem Técnico.
- Lúcia não é Supervisora.
- Marcos é Auditor ou Analista.
- Patrícia é Técnica.
- O Analista não é o Marcos.
- A Auditora não é a Lúcia.

Com base exclusivamente nessas informações, é correto afirmar que:

- (A) Marcos é Supervisor e Lúcia é Analista.
- (B) Henrique é Supervisor e Lúcia é Analista.
- (C) Henrique é Analista e Lúcia é Auditora.
- (D) Marcos é Analista e Henrique é Supervisor.

17. Sejam verdadeiras as seguintes afirmações:

- João é filho de Tiago.
- Salete é irmã de Tiago.
- Valdo é pai de Ulisses.
- Hildo é filho de Salete e Valdo.

A conclusão necessariamente verdadeira obtida a partir dessas afirmações é a de que:

- (A) Valdo é avô de João.
- (B) Ulisses é irmão de Hildo.
- (C) Hildo é primo de João.
- (D) Tiago é primo de Valdo.

18. Em uma escola, foi realizada uma pesquisa com 180 alunos sobre o interesse em duas disciplinas: Matemática e Física. Os resultados foram:

- 92 alunos gostam de Matemática;
- 48 alunos gostam de ambas as disciplinas;
- 26 alunos não gostam de nenhuma das duas disciplinas.

Determine a quantidade de alunos que gostam exclusivamente de Física.

- (A) 50 alunos.
- (B) 36 alunos.
- (C) 42 alunos.
- (D) 62 alunos.

19. Considere os conjuntos:

$$A = \{2,4,6,8\}$$

$$B = \{1,4,5,6\}$$

$$C = \{3,4,6,9\}$$

O conjunto $\{4,6\}$ é resultado da operação:

- (A) $(A \cup C) - B$
- (B) $(A \cap B) \cap C$
- (C) $(A \cup B) - C$
- (D) $(A \cap C) \cup B$

20. Uma cidade foi planejada em um sistema de quadras quadradas, cada uma medindo 40 metros de lado. Um entregador inicia seu trajeto em um ponto inicial P e realiza o seguinte percurso:

- caminha 5 quadras para o norte;
- depois, caminha 2 quadras para o leste;
- em seguida, caminha 3 quadras para o sul;
- por fim, caminha 1 quadra para o oeste e encerra o trajeto.

Ao analisar sua posição final, o entregador percebe que não percorreu o menor caminho possível entre o ponto inicial e o ponto final.

Considerando que o deslocamento ocorre apenas pelas ruas da cidade, a quantidade de metros que ele poderia ter economizado é:

- (A) 320 m.
- (B) 100 m.
- (C) 220 m.
- (D) 400 m.

RASCUNHO

Noções de Informática

21. Em uma auditoria, um servidor recebe o arquivo Controle_Orcamentario.xlsx armazenado em uma pasta (diretório) de rede do Windows. No Excel, a pasta de trabalho contém a planilha Dados, com registros organizados em linhas e colunas com cabeçalhos, e a planilha Painel, que exibe um gráfico alimentado pelos dados de Dados. Para permitir a inserção de uma coluna no meio do conjunto e a inclusão de novas linhas ao final sem redefinir manualmente o intervalo de origem do gráfico, o intervalo de dados foi formatado como Tabela do Excel. Tendo por base o exposto, marque o item que informa a caracterização tecnicamente coerente dos conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos no cenário descrito.

- (A) A caracterização considera a pasta de trabalho como área de armazenamento temporário; os dados como células independentes de linhas e colunas; o gráfico como cópia estática dos valores no momento da criação; e a manutenção da atualização como dependente da recriação do gráfico após inserção de linhas e colunas.
- (B) A caracterização considera a pasta como diretório do Windows onde o arquivo está armazenado; a pasta de trabalho como o arquivo .xlsx que contém planilhas; os dados como células na interseção de linhas e colunas; o gráfico como objeto baseado no intervalo de células; e a Tabela do Excel como estrutura que expande o intervalo ao inserir colunas e acrescentar linhas, mantendo o gráfico atualizado.
- (C) A caracterização considera a pasta de trabalho como diretório do Windows que contém planilhas em arquivos separados; os dados como colunas horizontais e linhas verticais; o gráfico como arquivo autônomo fora do .xlsx; e a atualização automática como dependente apenas do nome do arquivo.
- (D) A caracterização considera a pasta de trabalho como uma única planilha; os dados como células identificadas por número da coluna e letra da linha; o gráfico como recurso que aceita somente dados de uma coluna por vez; e a atualização como independente do vínculo entre células e séries.

22. Durante a manutenção de uma estação de trabalho após queda de energia, foi necessário reconfigurar opções de inicialização no BIOS/UEFI, preparar um pendrive para dar boot em ferramentas de diagnóstico e utilizar o arquivo diagnostico.iso para criar a mídia inicializável. Tendo por base o exposto, marque o item que apresenta a associação tecnicamente coerente entre o tipo de memória responsável por manter as configurações do firmware, o periférico citado e a natureza da extensão .iso.

- (A) Associação: memória flash (SPI/EEPROM) do sistema como armazenamento das configurações do firmware; pendrive como mídia removível de armazenamento em massa via USB; arquivo .iso como imagem de disco utilizada para replicar uma mídia (CD/DVD/USB) inicializável.
- (B) Associação: memória DRAM como armazenamento das configurações do firmware; pendrive como dispositivo de entrada/saída operando como “memória de trabalho” temporária; arquivo .iso como arquivo compactado (ex.: ZIP) contendo instalador e utilitários.
- (C) Associação: memória ROM do firmware como armazenamento das configurações do BIOS/UEFI; pendrive como dispositivo de armazenamento em massa via USB; arquivo .iso como formato de imagem de disco para distribuição de sistemas e ferramentas de diagnóstico.
- (D) Associação: memória cache (L3) como armazenamento das configurações do firmware; pendrive como dispositivo de armazenamento de baixa latência usado para acelerar a inicialização; arquivo .iso como conjunto de rotinas executáveis específicas do firmware (BIOS/UEFI).

23. Durante uma auditoria em estações com Windows 10 e Windows 11, constatou-se que o ícone “RelatórioMensal” na Área de Trabalho abria o arquivo C:\Dados\Relatórios\2026\RelatórioMensal.xlsx. Após reorganização de pastas, o arquivo foi movido para C:\Dados\Relatórios\2026\Fev\RelatórioMensal.xlsx, mantendo o mesmo nome. Para restabelecer o acesso sem duplicar o arquivo, um técnico decidiu substituir o item da Área de Trabalho por outro criado a partir do arquivo real, utilizando Copiar e a opção Colar atalho. Diante deste contexto, considera-se que o procedimento esperado corresponde:

- (A) A criação, na Área de Trabalho, de um arquivo de atalho “RelatórioMensal.xlsx” por “Copiar” e “Colar”, com atualização automática do destino do link quando o arquivo for movido entre subpastas.
- (B) A criação, na Área de Trabalho, de uma cópia do arquivo por meio de “Copiar” e “Colar”, mantendo o item “RelatórioMensal” atualizado para o novo caminho.
- (C) A criação, na Área de Trabalho, de um atalho para a pasta C:\Dados\Relatórios\2026\Fev, de modo que a abertura do relatório ocorra pela navegação até o arquivo dentro do diretório.
- (D) A criação, na Área de Trabalho, de um atalho apontando para C:\Dados\Relatórios\2026\Fev\RelatórioMensal.xlsx, obtido por “Copiar” do arquivo real e “Colar atalho”, preservando o arquivo no diretório de origem.

24. Em fevereiro de 2026, um órgão público revisa o Manual de Reuniões On-line, que ainda orienta o uso de Skype for Business Online e Google Hangouts para encontros com cidadãos e parceiros externos. A equipe de TI deve atualizar o documento para refletir o estado atual das ferramentas. Com base nas informações descritas, considera-se que a atualização técnica coerente corresponde à:

- (A) atualização técnica que deve registrar a descontinuação do Google Hangouts, com migração para Google Chat e integração das reuniões ao Google Duo, e a aposentadoria do Skype for Business Online em 5 de maio de 2025, com transição para Microsoft Teams.
- (B) atualização técnica que deve registrar a permanência do Google Hangouts no Google Workspace para reuniões externas e a continuidade do Skype for Business Online como serviço recomendado para reuniões institucionais com convidados.
- (C) atualização técnica que deve registrar a descontinuação do Google Hangouts, com migração para Google Chat e Google Meet, e a aposentadoria do Skype for Business Online em 31 de julho de 2021, com transição para Microsoft Teams, mantendo Teams, Meet e Zoom como plataformas de reunião.
- (D) atualização técnica que deve registrar a descontinuação do Google Meet, com retorno do Google Hangouts como solução principal de videoconferência, e a manutenção do Skype for Business Online no Microsoft 365 como componente de reuniões integrado ao Teams.

25. Em um órgão público, um setor precisa disponibilizar a uma equipe externa um conjunto de documentos armazenados em um serviço de nuvem, garantindo que (i) os arquivos permaneçam sob controle do órgão, (ii) os acessos sejam revogáveis a qualquer momento, (iii) alterações possam ser rastreadas por histórico de versões e registro de atividade, e (iv) o acesso pelos convidados ocorra preferencialmente via nuvem, sem exigir sincronização automática permanente para armazenamento local em seus dispositivos. Diante deste contexto, entende-se que a configuração condizente com fundamentos de armazenamento em nuvem corresponde à(ao):

- (A) compartilhamento por link ou convite a partir do repositório em nuvem do órgão, com permissões específicas (leitura/edição), possibilidade de revogação, histórico de versões e registro de atividade, mantendo os arquivos no repositório do órgão e permitindo acesso via nuvem com sincronização opcional e controlada.
- (B) publicação dos documentos por envio de anexos em e-mail institucional, mantendo-os hospedados no cliente de e-mail e controlando permissões pelo provedor SMTP.
- (C) criação de um arquivo compactado único e o envio por mensageria instantânea, assegurando controle de versões pelo aplicativo de mensagens e revogação centralizada pelo remetente.
- (D) cópia dos documentos para uma pasta local em cada computador da equipe externa, garantindo revogação de acesso por remoção do atalho na Área de Trabalho de cada usuário.

Legislação Específica

26. André, servidor público federal, observou que seu superior hierárquico vinha solicitando a fornecedores que participavam de licitações na instituição o pagamento de valores indevidos em troca de favorecimento nos processos de contratação. André, temendo represálias e prejuízos à sua carreira, decidiu não se envolver nas práticas irregulares, recusando-se a participar de qualquer ação que beneficiasse o esquema, mas optou por não comunicar formalmente o fato às autoridades competentes nem representar contra seu superior, mantendo-se em silêncio sobre a situação. Considerando os deveres fundamentais estabelecidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público, assinale a afirmativa correta.

- (A) A conduta de André está adequada aos deveres éticos estabelecidos no código, uma vez que o respeito à hierarquia impede a representação contra superiores hierárquicos, devendo o servidor limitar-se a não participar de ações imorais sem formalizar denúncias que possam comprometer a estrutura organizacional.
- (B) André cumpriu adequadamente seus deveres éticos ao abster-se de participar das práticas irregulares e ao manter respeito à hierarquia, uma vez que a denúncia de superiores hierárquicos deve ser evitada para preservar a harmonia administrativa e a estabilidade das relações de trabalho.
- (C) A conduta de André está parcialmente adequada aos deveres éticos, pois embora tenha resistido às pressões para participar de ações ilegais, deveria ter aguardado orientação de autoridade superior antes de tomar qualquer providência relacionada à denúncia dos fatos observados.
- (D) André descumpriu deveres fundamentais previstos no Código de Ética ao não resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos que visem obter vantagens indevidas e denunciá-las, bem como ao deixar de comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.

27. Elisa é ocupante de um cargo público federal cujas atribuições regimentais e operacionais impõem, por sua própria natureza, a necessidade de deslocamentos constantes e rotineiros para fora da sede onde está lotada, a fim de realizar inspeções de campo. Em razão de uma reestruturação na unidade, Elisa questiona o departamento de recursos humanos sobre a ausência de pagamento de diárias em seus deslocamentos habituais de serviço, que não envolvem pernoite, mas exigem o afastamento da sede. Considerando as normas que regem as indenizações no Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990), assinale a alternativa correta.

- (A) A administração pública possui discricionariedade para converter as diárias de Elisa em auxílio-transporte, desde que a exigência permanente de deslocamento seja compensada por uma gratificação de produtividade técnica de natureza salarial.
- (B) Elisa não fará jus ao recebimento de diárias, uma vez que a legislação veda expressamente o pagamento dessa verba indenizatória nos casos em que o deslocamento da sede constitui uma exigência permanente do exercício do cargo.
- (C) O direito de Elisa às diárias é garantido pela natureza eventual do serviço público, de modo que a permanência da exigência de deslocamento no cargo não afasta o dever de indenizar as despesas com alimentação e locomoção urbana.
- (D) A servidora terá direito ao recebimento de meia diária em todos os seus deslocamentos, independentemente da natureza do cargo, visto que a vedação legal restringe-se apenas aos casos em que a União custeia as despesas por outro meio diverso.

28. No que concerne ao tratamento, à custódia e à responsabilidade sobre informações classificadas como sigilosas no âmbito da Administração Pública, a Lei nº 12.527/2011 estabelece diretrizes rígidas para o controle de acesso. Tendo em vista as disposições legais sobre a segurança da informação, assinale a alternativa correta.

- (A) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação sigilosa estão estritamente condicionados ao binômio da necessidade de conhecê-la e do devido credenciamento, gerando para aquele que a obtém a obrigação legal de resguardar o sigilo.
- (B) As medidas de proteção contra perda, alteração indevida ou divulgação não autorizada de informações sigilosas aplicam-se exclusivamente aos agentes públicos vinculados estatutariamente ao Estado, não alcançando entidades privadas.
- (C) A obrigação de observar as medidas e procedimentos de segurança para o tratamento de informações sigilosas é restrita às autoridades máximas dos órgãos, não sendo exigível o conhecimento de tais normas pelo pessoal subordinado hierarquicamente.
- (D) O tratamento de informações sigilosas por pessoas físicas em razão de vínculo com o poder público dispensa a adoção de providências de segurança, desde que a execução da atividade ocorra em ambiente externo às dependências do órgão.

29. O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) constitui uma ferramenta estratégica de modernização da Administração Pública Federal, voltada à substituição do controle de assiduidade pela gestão de resultados. Acerca do âmbito de aplicação e das diretrizes gerais estabelecidas pelo Decreto nº 11.072/2022, assinale a alternativa correta.

- (A) A mensuração das atividades dos participantes do PGD deve pautar-se primordialmente pelo registro eletrônico de frequência, sendo vedada a utilização de indicadores de produtividade para estagiários e contratados por tempo determinado.
- (B) O PGD qualifica-se como um direito subjetivo e autoaplicável de todos os agentes públicos federais, independentemente de ato autorizativo do Ministro de Estado ou da natureza das atividades desenvolvidas pela unidade.
- (C) O programa é um instrumento de gestão focado na entrega por resultados, alcançando servidores efetivos, comissionados, empregados públicos, contratados temporários e estagiários em exercício na administração direta, autárquica e fundacional.
- (D) Em razão do princípio da unidade da Administração Pública, o PGD aplica-se indistintamente aos servidores civis e aos militares das Forças Armadas, desde que estes últimos ocupem cargos de natureza administrativa em órgãos centrais.

30. Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999 sobre o início e a formulação de requerimentos no processo administrativo federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O requerimento inicial deve ser formulado exclusivamente por escrito em qualquer hipótese, não sendo admitida solicitação oral mesmo nos casos em que a legislação expressamente a autorize ou a natureza do pedido assim permita.
- (B) O requerimento inicial deve conter obrigatoriamente a identificação do interessado, o domicílio do requerente, a formulação do pedido com exposição dos fatos e fundamentos, data e assinatura, sendo vedada à administração a recusa imotivada de documentos.
- (C) O processo administrativo deve iniciar-se exclusivamente a pedido de interessado, sendo vedada a instauração de ofício pela administração pública.
- (D) Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário, devendo a administração recusar o recebimento de requerimentos que apresentem eventuais falhas formais.

31. O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro é regido pelo princípio do melhor interesse, impondo aos controladores obrigações rigorosas de transparência, segurança e adequação. Sobre os procedimentos e salvaguardas previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a alternativa correta.

- (A) A coleta de dados pessoais de crianças sem consentimento é autorizada de forma ampla sempre que o objetivo for a inclusão do menor em jogos eletrônicos ou aplicações de internet, desde que os dados sejam posteriormente anonimizados e compartilhados com parceiros comerciais.
- (B) No tratamento de dados de crianças, o controlador está dispensado de manter pública a informação sobre a forma de utilização e os tipos de dados coletados, bastando que tais informações sejam fornecidas mediante requisição formal dos pais ou responsáveis legais.
- (C) O tratamento de dados de crianças exige consentimento específico e em destaque de ao menos um dos pais ou responsável legal, devendo o controlador realizar esforços razoáveis, consideradas as tecnologias disponíveis, para verificar a legitimidade de quem prestou a autorização.
- (D) As informações sobre o tratamento de dados de menores devem ser fornecidas de maneira estritamente técnica e formal, visando garantir a precisão jurídica para os responsáveis, sendo vedado o uso de recursos audiovisuais que possam comprometer a sobriedade do processo.

32. No que concerne à estrutura organizacional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), o Conselho de Curadores (CCUNILAB) desempenha papel fundamental na governança institucional. De acordo com as normas estatutárias que regem o funcionamento e as competências deste órgão, assinale a alternativa correta.

- (A) A fiscalização de convênios e acordos firmados pela Universidade é de competência exclusiva do Conselho Universitário (CONSUNI), cabendo ao CCUNILAB apenas o exame posterior dos demonstrativos contábeis resultantes de tais atos.
- (B) Compete ao órgão deliberar sobre eventuais vetos opostos pelo Reitor às suas decisões, bem como exercer a fiscalização direta sobre a incorporação de receitas extraordinárias que não tenham sido originalmente previstas no orçamento.
- (C) O Conselho de Curadores possui natureza meramente consultiva e subordinada à Reitoria, carecendo de poder deliberativo para interferir na execução da proposta orçamentária anual após sua aprovação pelo Ministério da Educação.
- (D) Em virtude do princípio da autonomia universitária, o CCUNILAB dispõe de prazo indeterminado para se pronunciar sobre matérias de fiscalização patrimonial, visando garantir a profundidade técnica de suas análises e pareceres.

33. A Constituição Federal estabelece regime especial de responsabilidade civil para determinadas pessoas jurídicas em razão dos danos causados por seus agentes. Com base nesse regime, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos causados por seus agentes, estando as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos excluídas desse regime de responsabilidade civil, aplicando-se a elas as regras do direito privado.
- (B) As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos causados por seus agentes apenas quando demonstrado dolo ou culpa na conduta, devendo o lesado comprovar a existência de culpa do agente para obter a reparação diretamente da entidade pública.
- (C) O direito de regresso contra o agente causador do dano pode ser exercido pelas pessoas jurídicas de direito público e pelas de direito privado prestadoras de serviços públicos em qualquer hipótese de dano causado a terceiros, independentemente da demonstração de dolo ou culpa.
- (D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros no exercício de suas funções, sendo-lhes assegurado o direito de regresso contra o agente responsável quando demonstrado dolo ou culpa deste.

34. A Portaria MGI nº 6.719/2024 introduz definições precisas para orientar a identificação de condutas abusivas e a gestão de riscos psicossociais no serviço público federal. Sobre os conceitos de assédio, discriminação e organização do trabalho estabelecidos no referido Plano, assinale a alternativa correta.

- (A) O letramento em gênero e raça é definido como o conjunto de medidas punitivas e correccionais aplicadas a gestores que reincidem em práticas de racismo, visando à segregação administrativa do agressor para garantir a integridade do ambiente laboral.
- (B) O assédio moral organizacional caracteriza-se como um conjunto de condutas abusivas que, embora não necessariamente amparadas por métodos gerenciais, visam à ofensa pontual à dignidade de um servidor específico por questões de foro íntimo do gestor.
- (C) A organização do trabalho compreende o conjunto de normas, processos e práticas que modulam as relações hierárquicas, a divisão das tarefas e os critérios de desempenho, sendo fator determinante na análise da transversalidade das situações de violência.
- (D) A discriminação é definida exclusivamente como a exclusão fundada em raça, sexo ou idade, não abrangendo distinções baseadas em opinião política ou ascendência nacional, as quais devem ser tratadas como conflitos interpessoais comuns.

35. A autonomia financeira das universidades federais é exercida dentro dos limites da legislação orçamentária e das fontes de receita previstas em seus estatutos. No que tange à composição e à disciplina dos recursos financeiros da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), assinale a alternativa correta.

- (A) O Regimento Geral da UNILAB estabelecerá as diretrizes para elaboração e execução orçamentárias, de acordo com a legislação em vigor.
- (B) As dotações orçamentárias da UNILAB são provenientes exclusivamente do Orçamento Geral da União (OGU), sendo vedada, por força do princípio da unidade orçamentária, a recepção de recursos oriundos de orçamentos estaduais ou municipais.
- (C) As receitas obtidas por meio de direitos autorais, patentes e exploração de marcas pertencentes à Instituição devem ser obrigatoriamente revertidas ao Tesouro Nacional, não integrando o rol de recursos financeiros próprios da Universidade.
- (D) A celebração de contratos e convênios com organismos internacionais constitui fonte de recurso extraordinária que depende de prévia autorização legislativa específica para cada instrumento firmado, dada a natureza da dotação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36. O arquivo é uma entidade que surge naturalmente a partir das atividades de uma pessoa física ou jurídica. Considerando a evolução histórica e a finalidade dos arquivos, assinale a alternativa correta.

- (A) O arquivo público surgiu apenas no século XX com o desenvolvimento da administração pública moderna.
- (B) O arquivo é uma coleção de documentos reunidos artificialmente, sem vínculo orgânico, com fins exclusivamente culturais.
- (C) A finalidade principal do arquivo é guardar documentos raros e antigos para fins de pesquisa histórica.
- (D) O arquivo tem como finalidade servir à administração e subsidiar a pesquisa, garantindo a preservação de documentos com valor probatório e informativo.

37. A classificação dos arquivos pode ser feita quanto à entidade mantenedora, à natureza dos documentos ou à extensão da atuação. Sobre esse tema, identifique a alternativa correta.

- (A) Os arquivos privados são aqueles pertencentes a empresas e instituições educacionais, excluindo-se os arquivos de pessoas físicas.
- (B) Quanto à entidade mantenedora, os arquivos podem ser públicos, privados ou pessoais.
- (C) Os arquivos especiais são aqueles que guardam documentos de formatos físicos variados, como fotografias, mapas e filmes, independentemente do suporte.
- (D) Quanto à extensão da atuação, os arquivos dividem-se em correntes, intermediários e permanentes.

38. Os princípios arquivísticos são fundamentos teóricos que orientam o tratamento técnico dos arquivos. Com base nesses princípios, marque a alternativa correta.

- (A) O princípio da organicidade refere-se à relação natural entre os documentos de um arquivo, decorrente das atividades da entidade produtora.
- (B) O princípio da proveniência estabelece que os documentos devem ser organizados por assunto, independentemente da entidade produtora.
- (C) O princípio da unicidade determina que cada documento de arquivo é único e não pode existir em múltiplas cópias.
- (D) O princípio da cumulatividade defende que os arquivos são formados por uma acumulação planejada e artificial de documentos.

39. A classificação arquivística considera múltiplas categorias para identificar e organizar os documentos. Em relação ao gênero, à espécie, à tipologia, ao suporte e ao formato dos documentos, é correto afirmar que:

- (A) O formato documental é determinado exclusivamente pela natureza jurídica do documento, sendo irrelevante para a classificação arquivística.
- (B) O gênero documental refere-se à atividade que gerou o documento, enquanto a espécie corresponde à configuração física do suporte.
- (C) A tipologia documental é o estudo da espécie documental combinada à função que a gerou, representando o documento no exercício de determinada atividade.
- (D) O suporte da informação e o formato são conceitos idênticos, pois ambos dizem respeito à superfície material na qual a informação é registrada.

40. A Diplomática contemporânea, ao ser aplicada aos documentos arquivísticos, amplia o objeto de estudo da Diplomática clássica. Considerando a análise tipológica de documentos arquivísticos, é correto afirmar que:

- (A) O método diplomático contemporâneo substitui integralmente a arquivística, dispensando a análise do fundo e da proveniência.
- (B) A Diplomática contemporânea limita-se à análise da autenticidade de documentos medievais, não se aplicando aos documentos produzidos no século XX.
- (C) A análise tipológica restringe-se à identificação da espécie documental, desconsiderando o contexto funcional de produção.
- (D) A tipologia documental resulta da junção da espécie documental com a função que originou o documento, permitindo compreender o ato administrativo ou jurídico que o gerou.

41. O arranjo e a descrição de documentos arquivísticos permanentes fundamentam-se em princípios e normas técnicas. Considerando a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) e a elaboração de instrumentos de pesquisa, é correto afirmar que:

- (A) Os instrumentos de pesquisa restringem-se ao inventário sumário e ao catálogo seletivo, excluindo-se os guias de fundos.
- (B) O arranjo arquivístico em arquivos permanentes deve obedecer à ordem original dos documentos, respeitando o princípio da proveniência e a organicidade.
- (C) A ISAD(G) estabelece um modelo único de instrumento de pesquisa, determinando que todos os arquivos publiquem exclusivamente inventários analíticos.
- (D) A descrição multinível, segundo a ISAD(G), permite descrever separadamente cada unidade documental sem vinculação ao fundo ao qual pertence.

42. A avaliação documental é uma função estratégica da gestão de documentos, materializada em instrumentos técnicos como os Códigos/Planos de Classificação e as Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTD). Sobre esses instrumentos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os planos de classificação são instrumentos facultativos na administração pública, utilizados somente em arquivos privados.
- (B) O Código de Classificação de Documentos organiza fisicamente os documentos nas estantes, determinando sua localização no depósito.
- (C) A Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos define os prazos de guarda e a destinação final (eliminação ou guarda permanente) dos documentos, com base no valor primário e secundário.
- (D) A avaliação documental é realizada apenas no arquivo permanente, pois os documentos correntes e intermediários ainda não possuem valor probatório.

43. A preservação de documentos arquivísticos requer políticas institucionais, planejamento e técnicas específicas. Em relação à política de preservação, é correto afirmar que:

- (A) O planejamento da preservação envolve diagnóstico, definição de prioridades, alocação de recursos e implementação de ações preventivas e corretivas.
- (B) A política de preservação deve ser exclusivamente corretiva, atuando somente após o dano ao documento original.
- (C) As técnicas de preservação resumem-se à restauração de documentos danificados, sendo desnecessárias ações de conservação preventiva.
- (D) A política de preservação é responsabilidade exclusiva do arquivista, sem necessidade de participação institucional ou orçamentária.

44. Os documentos arquivísticos estão sujeitos a diversos agentes de degradação, que comprometem sua integridade física e química. Sobre a identificação e o controle desses agentes, é correto afirmar que:

- (A) Os agentes físicos de degradação limitam-se aos desastres naturais, como enchentes e incêndios, sendo impossível prevenir danos causados pelo manuseio inadequado.
- (B) Fatores ambientais, como temperatura, umidade relativa do ar, poluição e iluminação, são agentes de degradação que podem ser controlados por meio de monitoramento e adequação das condições de guarda.
- (C) Os agentes biológicos, como fungos, insetos e roedores, são os únicos fatores de degradação relevantes em acervos documentais.
- (D) A degradação química, como a hidrólise ácida do papel, é um processo irreversível e não pode ser controlada por nenhuma técnica de conservação.

45. A conservação preventiva é a base para a longevidade dos acervos arquivísticos. Quanto às técnicas de higienização, condições ambientais e acondicionamento, indique a opção correta.

- (A) O armazenamento em estantes metálicas dispensa o uso de invólucros individuais, desde que o ambiente seja climatizado.
- (B) A higienização consiste na limpeza dos documentos com água e sabão neutro, devendo ser realizada anualmente em todo o acervo.
- (C) O acondicionamento adequado utiliza invólucros de papel alcalino ou poliéster, protegendo os documentos contra poeira, luz e variações climáticas.
- (D) As condições ambientais ideais para acervos em papel são temperatura superior a 25 °C e umidade relativa acima de 70%, visando acelerar o envelhecimento natural.

46. O protocolo é a unidade responsável pelo controle da tramitação documental na fase corrente da gestão de documentos. Considerando as atividades de recebimento, classificação, registro, tramitação e expedição, é correto afirmar que:

- (A) A expedição consiste no arquivamento definitivo dos documentos após a conclusão do processo administrativo.
- (B) A classificação no protocolo é realizada com base no código de classificação de documentos, atribuindo-se o assunto correspondente à função do órgão.
- (C) O recebimento no protocolo limita-se aos documentos oficiais externos, excluindo-se os documentos internos e os sigilosos.
- (D) O registro protocola documentos, processos e também correspondências particulares dos servidores, uma vez que tramitam na instituição.

47. A segurança e o sigilo na gestão de documentos arquivísticos envolvem equilíbrio entre proteção da informação e direito de acesso. A classificação sigilosa de documentos públicos no Brasil fundamenta-se em critérios técnicos e legais. Neste sentido, defende-se que:

- (A) O cidadão não possui legitimidade para solicitar desclassificação de documentos sigilosos, sendo essa prerrogativa exclusiva da autoridade classificadora.
- (B) A classificação sigilosa pode ser aplicada a qualquer documento, independentemente do teor, por decisão discricionária da autoridade classificadora, sem necessidade de fundamentação.
- (C) Os prazos de sigilo para documentos ultrassecretos são indeterminados, podendo ser renovados sucessivamente sem revisão obrigatória.
- (D) A classificação de documentos sigilosos no âmbito da administração pública federal segue o disposto na Lei nº 12.527/2011 e no Decreto nº 7.724/2012, estabelecendo graus de sigilo (reservado, secreto, ultrassecreto) e prazos máximos de restrição de acesso.

48. O Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) compreende um conjunto de tecnologias e práticas para gestão de documentos digitais. Sua aplicação em ambientes arquivísticos requer distinção entre conceitos como captura, armazenamento e recuperação. Neste sentido, pode-se afirmar que:

- (A) A implantação de GED dispensa a elaboração de plano de classificação e tabela de temporalidade, pois o sistema organiza automaticamente os documentos por palavras-chave.
- (B) O GED envolve funcionalidades como captura, indexação, armazenamento, gerenciamento de fluxos de trabalho e recuperação da informação, devendo integrar-se aos princípios arquivísticos de organicidade e proveniência.
- (C) O GED limita-se à digitalização de documentos físicos, sendo sinônimo de processo de conversão de papel para formato digital.
- (D) Os sistemas de GED operam exclusivamente com documentos nato-digitais, não sendo aplicáveis a documentos híbridos ou digitalizados.

49. A preservação de documentos digitais a longo prazo impõe desafios quanto à manutenção da autenticidade, confiabilidade e integridade. Modelos conceituais e requisitos sistêmicos têm sido desenvolvidos para garantir a cadeia de custódia ininterrupta. Neste sentido, é possível afirmar que:

- (A) A migração de suportes compromete irreversivelmente a autenticidade dos documentos digitais, razão pela qual deve ser evitada em qualquer hipótese.
- (B) A autenticidade de um documento digital independe da manutenção da cadeia de custódia, sendo suficiente a verificação pontual de assinaturas digitais.
- (C) O modelo *Open Archival Information System* (OAIS) estabelece padrão para preservação digital, contemplando funções de ingestão, armazenamento, gestão de dados e acesso, com ênfase na manutenção da cadeia de custódia.
- (D) Documentos digitais autênticos são aqueles que mantêm inalterado seu conteúdo, sendo irrelevante a preservação do contexto de produção e das relações orgânicas.

50. A certificação digital é mecanismo de garantia de autenticidade, integridade e não repúdio de documentos eletrônicos. Sua aplicação na gestão arquivística de documentos digitais exige compreensão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Neste sentido, defende-se que:

- (A) A assinatura digital com certificado ICP-Brasil assegura, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, a presunção legal de autenticidade e integridade, conferindo validade jurídica aos documentos eletrônicos.
- (B) A certificação digital confere ao documento eletrônico presunção relativa de veracidade, equiparável à fé pública dos documentos em papel.
- (C) O Certificado Digital do tipo A3, armazenado em mídia não removível (hardware criptográfico), possui menor nível de segurança que o certificado do tipo A1 (software).
- (D) A ICP-Brasil é facultativa para a administração pública federal, que pode adotar certificações estrangeiras sem necessidade de credenciamento.

51. A aplicação de tecnologias da informação nos arquivos deve estar subordinada aos princípios arquivísticos e às funções de gestão, preservação e acesso. Sistemas informatizados de gestão arquivística (SIGAD) são exemplos dessa aplicação. Assim, entende-se que:

- (A) A interoperabilidade entre sistemas arquivísticos é incompatível com o princípio da proveniência, pois descontextualiza os documentos.
- (B) Qualquer software de gerenciamento eletrônico atende aos requisitos arquivísticos, desde que permita o armazenamento e a recuperação de documentos.
- (C) O SIGAD – Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – deve contemplar funcionalidades para captura, classificação, temporalidade, destinação, tramitação e preservação, observando os requisitos do e-ARQ Brasil.
- (D) As tecnologias aplicadas aos arquivos restringem-se à automação de processos administrativos, não interferindo nas funções de preservação permanente.

52. A digitalização de documentos arquivísticos é o processo técnico que converte documentos físicos para formato digital, com finalidades de acesso, preservação ou substituição. No entanto, exige rigor técnico e normativo. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A eliminação de documentos físicos após digitalização é permitida sem qualquer autorização, desde que o acervo digitalizado esteja acessível.
- (B) A digitalização com finalidade de preservação dispensa o tratamento arquivístico prévio, pois o documento digital substitui integralmente o original.
- (C) Documentos digitalizados possuem, por si só, o mesmo valor jurídico e probatório dos originais físicos, independentemente de certificação digital.
- (D) A Resolução CONARQ nº 31/2010 estabelece diretrizes para a digitalização de documentos arquivísticos permanentes, recomendando a manutenção dos originais físicos e a adoção de padrões de qualidade de imagem.

53. Acerca do direito fundamental à informação, previsto no art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988, e considerando a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em temas de repercussão geral, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição Federal consagra o chamado “direito ao esquecimento”, permitindo que uma pessoa, em razão da passagem do tempo, possa obstar a divulgação de fatos ou dados verídicos e licitamente obtidos que envolvam sua imagem, sob pena de indenização por danos morais ao veículo que os republicar.
- (B) Em caso de colisão entre a liberdade de informação e os direitos da personalidade (honra, imagem, privacidade), o intérprete deve realizar a ponderação dos interesses no caso concreto, sendo admitida a responsabilização civil do veículo de comunicação por danos morais, inclusive com a remoção de conteúdo, se comprovado o abuso no exercício da liberdade de imprensa.
- (C) O direito ao acesso à informação e a liberdade de imprensa são absolutos, não admitindo qualquer tipo de restrição ou responsabilização posterior, seja na esfera cível ou penal, em homenagem ao princípio da vedação à censura prévia.
- (D) A divulgação de fatos verídicos e licitamente obtidos pela imprensa é sempre legítima, prevalecendo o direito à informação sobre os direitos da personalidade, em especial a honra e a imagem, em razão do interesse público e social da notícia.

54. A Lei de Acesso à Informação (LAI) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, impondo deveres ao Estado e estabelecendo procedimentos. Neste sentido, pode-se afirmar que:

- (A) O pedido de acesso à informação deve conter motivação específica, sendo indeferido sumariamente o requerimento que não justificar o interesse na informação solicitada.
- (B) A LAI aplica-se exclusivamente aos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo federal, não alcançando os Poderes Legislativo e Judiciário nem os entes federativos.
- (C) O serviço de busca e fornecimento de informação é condicionado ao pagamento de taxas, podendo o órgão recusar pedidos de cidadãos que não efetuarem o recolhimento prévio.
- (D) A informação sob guarda do Estado é sempre pública, devendo o sigilo ser exceção, fundamentado nas hipóteses legais e limitado no tempo, conforme os graus e prazos estabelecidos.

55. Arquivos em diferentes suportes (fotográficos, audiovisuais, sonoros, cartográficos) demandam identificação e tratamento técnico específicos, considerando suas particularidades físicas e informacionais. Nesse contexto, indique a alternativa correta.

- (A) A identificação de arquivos em diferentes suportes exige conhecimento das características físicas e dos contextos de produção, aplicando-se os princípios da proveniência e organicidade, com adaptações metodológicas.
- (B) O tratamento de arquivos fotográficos em arquivos permanentes deve priorizar a extração da informação imagética, sendo dispensável a manutenção das relações orgânicas com o fundo documental.
- (C) A identificação de arquivos em suportes especiais segue os mesmos procedimentos aplicados aos documentos textuais, sem necessidade de políticas específicas.
- (D) Documentos cartográficos, por sua natureza técnica, não integram os fundos arquivísticos, devendo ser tratados como coleções em bibliotecas ou museus.

56. Políticas públicas arquivísticas, sistemas e redes de arquivos são instrumentos de gestão e integração dos serviços arquivísticos no Brasil. A esse respeito, indique a alternativa correta.

- (A) Redes de arquivos são incompatíveis com o princípio da proveniência, pois promovem a dispersão de fundos documentais.
- (B) O Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) é estruturado de forma centralizada, com hierarquia rígida e subordinação direta dos arquivos estaduais e municipais ao Arquivo Nacional.
- (C) As políticas públicas arquivísticas são formuladas exclusivamente pelo Poder Executivo federal, não havendo competência dos estados e municípios para legislar sobre arquivos.
- (D) O CONARQ é órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, com atribuição de formular a política nacional de arquivos e orientar a implantação do SINAR.

57. A integração entre GED e gestão arquivística requer distinção entre documento arquivístico e documento eletrônico não arquivístico. Neste sentido, defende-se que:

- (A) O documento arquivístico digital distingue-se por seu caráter orgânico, ou seja, pela relação com os demais documentos do produtor e com as atividades que o geraram.
- (B) Todo documento eletrônico gerenciado por sistema de GED é, por definição, documento arquivístico, independentemente de sua relação orgânica com as atividades do produtor.
- (C) A gestão arquivística de documentos digitais prescinde da aplicação do plano de classificação, uma vez que a indexação por palavras-chave é suficiente.
- (D) O GED, quando implantado em instituições públicas, substitui integralmente a necessidade de protocolo e de registro de tramitação.

58. A manutenção da cadeia de custódia ininterrupta é requisito fundamental para a preservação da autenticidade de documentos digitais arquivísticos. Neste sentido, defende-se que:

- (A) A presença de assinatura digital certificada no momento da produção do documento elimina a necessidade de manutenção da cadeia de custódia.
- (B) A cadeia de custódia aplica-se exclusivamente aos documentos físicos, sendo substituída, no ambiente digital, pela verificação de *hash* a cada acesso.
- (C) Repositórios arquivísticos digitais confiáveis devem implementar mecanismos de controle da cadeia de custódia, documentando todas as transferências, migrações e intervenções no acervo.
- (D) A terceirização da guarda de documentos digitais rompe necessariamente a cadeia de custódia, comprometendo a autenticidade.

59. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 216, estabelece o dever do Estado de proteger o patrimônio cultural brasileiro, incluídos os documentos arquivísticos. Neste sentido, defende-se que:

- (A) Os documentos arquivísticos privados não integram o patrimônio cultural, ainda que portadores de referência à identidade e memória dos grupos formadores da sociedade brasileira.
- (B) O patrimônio cultural restringe-se aos bens tombados de natureza material, excluindo-se os documentos públicos não tombados e os acervos privados.
- (C) A proteção do patrimônio documental arquivístico é dever exclusivo da União, não alcançando estados, municípios e Distrito Federal.
- (D) O § 2º do art. 216 determina que cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

60. A terminologia arquivística constitui a linguagem especializada que fundamenta a comunicação técnica e científica no campo dos arquivos. A precisão conceitual é essencial para a aplicação correta dos métodos e princípios. Considerando o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística e a literatura especializada, assinale a alternativa correta.

- (A) “Documento arquivístico” distingue-se de “documento” genérico por sua produção e acumulação orgânica no curso das atividades de uma pessoa física ou jurídica, mantendo relações de proveniência e organicidade.
- (B) Os termos “fundo”, “grupo” e “série” são equivalentes e podem ser utilizados indistintamente para designar conjuntos documentais em qualquer nível de arranjo.
- (C) “Arquivo intermediário” é definido como o conjunto de documentos de valor histórico-cultural, custodiados em caráter definitivo por instituição arquivística pública.
- (D) O termo “arranjo” refere-se exclusivamente às atividades de ordenação de documentos ainda na fase corrente, não se aplicando aos arquivos permanentes.